

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

REGINA CÉLIA DE SOUZA AVANZA FRANÇA

ENSINO RELIGIOSO E FENOMENOLOGIA: O ENSINO FUNDAMENTAL II, DA
ESCOLA MUNICIPAL MANOEL MELLO SOBRINHO, DE CARIACICA - ES

Faculdade Unida de Vitória

REGINA CÉLIA DE SOUZA AVANZA FRANÇA

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória - 08/12/2017.

ENSINO RELIGIOSO E FENOMENOLOGIA: O ENSINO FUNDAMENTAL II, DA
ESCOLA MUNICIPAL MANOEL MELLO SOBRINHO, DE CARIACICA

Trabalho final de Mestrado profissional
Para obtenção de grau de Mestre em Ciências
das Religiões
Faculdade Unida de Vitória
Programa de Pós-Graduação
Linha de pesquisa: Religião e Esfera Pública

Prof. Orientador: Dr. Ronaldo de Paula Cavalcante

VITÓRIA
2017

França, Regina Célia de Souza Avanza

Ensino religioso e fenomenologia / O ensino Fundamental II da escola municipal Manoel Mello Sobrinho de Cariacica - ES / Regina Célia de Souza Avanza França. -- Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2017.

x, 73 f. ; 31 cm.

Orientador: Ronaldo de Paula Cavalcante

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2017.

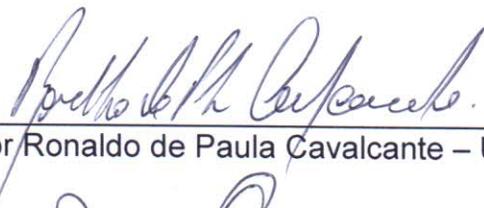
Referências bibliográficas: f. 71-73

1. Ciência da religião. 2. Religião e esfera pública. 3. Ensino religioso. 4. Fenomenologia do ensino religioso. 5. Ensino fundamental. 6. Escola de Cariacica. - Tese. I. Regina Célia de Souza Avanza França. II. Faculdade Unida de Vitória, 2017. III. Título.

REGINA CELIA DE SOUZA AVANZA FRANÇA

ENSINO RELIGIOSO E FENOMENOLOGIA: O ENSINO FUNDAMENTAL II, DA
ESCOLA MUNICIPAL MANOEL MELLO SOBRINHO, DE CARIACICA - ES

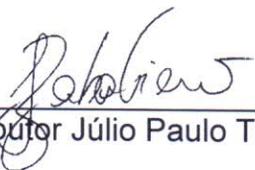
Dissertação para obtenção do grau
de Mestre em Ciências das
Religiões no Programa de Mestrado
Profissional em Ciências das
Religiões da Faculdade Unida de
Vitória.



Doutor Ronaldo de Paula Cavalcante – UNIDA (presidente)



Doutor Valdir Stephanini – UNIDA



Doutor Júlio Paulo Tavares Zabatiero – FTSA



O mundo não é, está sendo. Meu papel histórico não é só o de constatar o que ocorre, mas também o de intervir como sujeito de ocorrências.

Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

Agradeço de forma especial a Deus pela grande oportunidade de realizar esse sonho, por me dar sabedoria e saúde para chegar até o fim e me fazer vencer tantos obstáculos encontrados ao longo desta jornada.

Gostaria de registrar minha satisfação em trabalhar sob a orientação do Professor Dr. Ronaldo, que acolheu este projeto com alegria e entusiasmo, apontou a bibliografia teórica que fundamentou os caminhos a serem percorridos e construiu a rede sobre a qual minhas ideias puderam se mover com segurança e liberdade.

Quero agradecer de modo especial a minha família, meu marido Cláudio e meu filho, por terem suportado minha ausência tantas vezes, por terem sofrido com a saudade e superado tantas lutas. Por terem comigo vencido todos os desafios para chegar até aqui.

De modo geral, é preciso destacar o afeto, solidariedade e compreensão dos parentes e amigos. Os amigos da caminhada, os que me ensinaram a interpretar o mundo, os que me deram alento nos momentos de desânimo e cansaço e todos os que acreditaram em mim.

Gostaria de agradecer a todos os colegas da turma do Mestrado, o companheirismo construído nesse período, o convívio com pessoas interessantes que atuam em áreas, muitas vezes, desconhecidas para mim, que enriqueceram meu repertório através de um verdadeiro intercâmbio cultural.

DEDICATÓRIA

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória - 08/12/2017.



A Deus, toda honra, glória e majestade.

Aos meus pais, e principalmente à minha família,
pelo exemplo de dedicação e amor sem igual.

Aprendo todos os dias com vocês a ser uma pessoa melhor.

RESUMO

O Ensino Religioso possui novas características no contexto da educação brasileira, pois passou a ser compreendido e desenvolvido como Ensino Religioso confessional cristão, subdividido em Ensino Religioso ecumênico, interconfessional e inter-religioso. Diante deste contexto, o estudo estabeleceu como problema de investigação a seguinte questão: Qual o papel da Fenomenologia da Religião no conjunto da disciplina do Ensino Religioso Escolar do Ensino Fundamental II da Escola Municipal Manoel Mello Sobrinho de Cariacica? Entre os objetivos destacam-se: Identificar os parâmetros epistemológicos do Ensino Religioso pela LDBEN; definir conceitos como: epistemologia, Ensino Religioso, fenomenologia e religião; caracterizar o Ensino Religioso nos parâmetros da LDBEN; apresentar o papel que a Fenomenologia da Religião cumpre na base epistemológica do Ensino Religioso Escolar. Os pressupostos teóricos deste estudo foram organizados no sentido de descrever a interferência do contexto social, tentando captar o lado único da experiência religiosa do ser, conhecer as teorias que explicam a Fenomenologia da Religião na base epistemológica do Ensino Religioso, através das ideias dos principais nomes ligados à Fenomenologia da Religião, tais como: Thomas Hodea, João Décio Passos, Rudolf Otto, Friedrich Heiller e Mircea Eliade, Reginaldo Prandi e Sérgio Junqueira. Em se tratando da natureza do quadro teórico-metodológico, a pesquisa foi descritiva e bibliográfica, tendo ainda como norte, uma pesquisa de campo. A área de estudo foi a Escola Municipal de Ensino Fundamental II, Manoel Mello Sobrinho, localizada em Cariacica-ES. As conclusões finais mostraram que os professores argumentaram que apesar da diversidade de propostas no campo da Fenomenologia da Religião, alguns pontos teóricos se tornaram certo senso comum fenomenológico: a religiosidade é concebida como uma dimensão antropológica constitutiva, sem a qual, o ser humano é menos do que humano; ela se distingue da religião e da espiritualidade; o sagrado – distinguindo-se do profano – ocupa o lugar central do olhar fenomenológico, como elemento ôntico constitutivo. Em relação aos alunos, constatou-se que mais de 70% dos entrevistados alegaram não gostar da disciplina, porém, consideraram necessário seu estudo.

Palavras chave: Ensino. Religioso. Fenomenologia. Escola. Municipal. Cariacica.

ABSTRACT

Religious Education has new characteristics in the context of Brazilian education, since it came to be understood and developed as Christian Confessional Religious Education, subdivided into ecumenical, interfaith and interreligious Religious Teaching. In view of this context, the study established as a research problem the following question: What is the role of the Phenomenology of Religion in the discipline of School Religious Education in Elementary Education II of the Municipal School Manoel Mello Sobrinho de Cariacica? Among the objectives are: Identify the epistemological parameters of Religious Education by LDBEN; define concepts such as: epistemology, religious teaching, phenomenology and religion; characterize the Religious Education in the parameters of LDBEN; to present the role that the Phenomenology of Religion fulfills in the epistemological basis of the Religious School Teaching. The theoretical assumptions of this study were organized to describe the interference of the social context, trying to capture the unique side of the religious experience of being, to know the theories that explain the Phenomenology of Religion on the epistemological basis of Religious Teaching through the ideas of the main names related to the Phenomenology of Religion, such as: Thomas Hodea, João Décio Passos, Rudolf Otto, Friedrich Heiller and Mircea Eliade, Reginaldo Prandi and Sérgio Junqueira. When it came to the nature of the theoretical-methodological framework, the research was descriptive and bibliographical, having as the north a field research. The study area was the Escola Municipal de Ensino Fundamental II, Manoel Mello Sobrinho, located in Cariacica-ES. The final conclusions showed that professors argued that despite the diversity of proposals in the field of the Phenomenology of Religion, some theoretical points have become a certain phenomenological common sense: religiosity is conceived as a constitutive anthropological dimension, without which the human being is less than human; it is distinguished from religion and spirituality; the sacred - distinguishing itself from the profane - occupies the central place of the phenomenological gaze, as a constitutive ontic element. In relation to the students, it was verified that more than 70% of the interviewees claimed not to like the discipline, however, consider their study necessary.

Keywords: Teaching. Religious. Phenomenology. School. Municipal. Cariacica.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da divisão político-administrativa de Cariacica-ES	49
Figura 2 - Prefeitura Municipal de Cariacica-ES	51
Figura 3 – Visão Panorâmica do Município	51
Figura 4 - A Escola Manoel Mello Sobrinho	53



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Sexo	55
Gráfico 2 – Idade	56
Gráfico 3 - Grau de Escolaridade	56
Gráfico 4 - Tempo de atuação na função na Prefeitura Municipal de Cariacica.....	57
Gráfico 5 - Nível de satisfação em relação ao Magistério da disciplina Ensino Religioso.....	58
Gráfico 6 - Concorda com o Ensino Religioso implementado nas escolas públicas de Cariacica.....	59
Gráfico 7 - Concorda que as escolas de Cariacica quanto ao Ensino Religioso, estão cumprindo com sua missão.....	59
Gráfico 8 - Metodologia de ensino utilizada em sala de aula.....	60
Gráfico 9 - Os alunos gostam das aulas de ensino religioso	61
Gráfico 10 - Se não gostam. Qual motivo	62
Gráfico 11 – Sexo	63
Gráfico 12 – Idade	63
Gráfico 13 - Considera a disciplina Ensino Religioso importante	64
Gráfico 14 - Gosta da disciplina Ensino Religioso.....	64
Gráfico 15 - Se não gosta da disciplina. Por que não gosta da disciplina Ensino Religioso.....	65
Gráfico 16 - Você aprende mais nas aulas de Ensino Religioso quando:	65
Gráfico 17 - Você sente que está sendo bem avaliado pelo professor de Ensino Religioso quando:	66

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 A RELIGIÃO COMO FENÔMENO UNIVERSAL.....	16
1.1 Conceito da História da Religião.....	16
1.2 A Religião.....	18
1.3 A Religião e a Globalização	28
1.4 A Fenomenologia	29
1.5 Fenomenologia e a Intolerância Religiosa nas Escolas	31
2 PARÂMETROS EDUCACIONAIS DO ENSINO RELIGIOSO.....	35
2.1 Conceituando o Ensino Religioso.....	35
2.2 A LDBEN e Ensino Religioso.....	41
2.3 PCN'S e Religião	43
3 RESULTADOS	47
3.1 Aspectos Metodológicos.....	47
3.1.1 Tipo de Pesquisa.....	47
3.1.2 Área de Estudo	48
3.1.3 População e Amostra.....	48
3.1.4 Coleta dos Dados	49
3.1.5 Análise dos Dados	49
3.2 Município de Cariacica.....	49
3.3 Resultados e Discussão.....	53
3.3.1 A Escola.....	53
3.3.2 Resultados.....	55
3.3.2.1 Entrevista Professor.....	55
3.3.2.1 Entrevista Aluno	63
CONCLUSÃO.....	69
REFERÊNCIAS	72
APÊNDICE - QUESTIONÁRIOS	75

INTRODUÇÃO

Em se tratando da Religião, o conceito indica um conjunto de regras, observâncias, advertências e interdições, sem referenciar divindades, rituais, mitos ou qualquer tipo de manifestação atualmente compreendida como religiosa. Científica e academicamente o fundamento da Religião tem como propósito contemplar interesses religiosos específicos¹. Assim, a abordagem deste estudo trata Ensino Religioso e Fenomenologia: A disciplina do Ensino Religioso do Ensino Fundamental II, da Escola Municipal Manoel Mello Sobrinho, de Cariacica.

Silva relata que “a definição mais aceita pelos estudiosos, para efeitos de organização e análise, tem sido a seguinte: religião é um sistema comum de crenças e práticas relativas a seres sobre humanos dentro de universos históricos e culturais específicos”².

Um ponto a se destacar na questão religiosa é que a Constituição Brasileira de 1988 instituiu uma divisão entre as religiões e o Estado, consolidando o conceito de Estado Laico. O governo instituído não pode favorecer, nem interditar, as atividades das religiões. Além disso, não pode impor uma religião específica aos seus cidadãos, nem discriminá-los em razão de não seguirem a religião majoritária³.

A religião tem sido amplamente discutida pelos intelectuais, que vêm apontando para as transformações do campo religioso. Essa transformação tem sido atribuída à globalização. A mídia tem se apropriado desse debate e influenciado as opiniões comuns. Num contexto globalizado de relativismo generalizado que instaura desconfiança em relação aos sistemas de crenças fechados, a religião 'passa a ser sem fronteira e sem território, sem ser, contudo, universal ou única⁴.

A relevância e justificativa do estudo está no fato de mostrar que a religião tem sido amplamente discutida pelos intelectuais, que vêm apontando para as transformações do campo religioso. Essa transformação tem sido atribuída à globalização. A escolha do tema se deu devido o mesmo ser deveras interessante por evidenciar o fato de que a religião por sua vez, estabelece relação com uma potência sobre humana e por isso, na sua última explicação, além da consideração de seus elementos psíquicos, religião subjetiva, ou seja, a religiosidade

¹ SILVA, EMS. *Religião, diversidade e valores culturais: conceitos teóricos e a educação para a cidadania*. In: Revista de Estudos da Religião. nº 2, 2004. Disponível em: <www.pucsp.br>. Acesso em: 10 nov. 2016.

² SILVA, Eliane Moura da. *Religião, diversidade e valores culturais: conceitos teóricos e a educação para a Cidadania*. Revista de Estudos da Religião Nº 2 / 2004 / p. 1-14. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv2_2004/p_silva.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2017.

³ BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN*. Educação Física. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

⁴ PRANDI, Reginaldo. *A religião do Planeta Global*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 16

dos grandes gênios religiosos (fundadores e santos) e de cada fiel religioso não pode excluir a hipótese de uma intervenção direta dessa mesma potência sobre humana, da qual vem testemunhando a religião revelada.

Martins⁵ afirma que se apresenta a Fenomenologia, como uma postura mantida por aquele que interroga. O inquiridor fenomenólogo dirige-se para o fenômeno da experiência, para o dado, e procura vê-lo da forma que ele se mostra na própria experiência em que é percebido. Isso quer dizer que há um mundo ao redor do fenomenal, que surge e que se doa ao pesquisador que intenciona o fenômeno.

Diante deste contexto, o estudo estabeleceu como problema de investigação a seguinte questão: Qual o papel da Fenomenologia da Religião no conjunto da disciplina do Ensino Religioso Escolar do Ensino Fundamental II da Escola Municipal Manoel Mello Sobrinho de Cariacica?

Os pressupostos teóricos deste estudo foram organizados no sentido de descrever a interferência do contexto social, tentando captar o lado único da experiência religiosa do ser, conhecer as teorias que explicam a Fenomenologia da Religião na base epistemológica do Ensino Religioso, através das ideias dos principais nomes ligados à Fenomenologia da Religião, tais como: Thomas Hodea, João Décio Passos, Rudolf Otto, Friedrich Heiller e Mircea Eliade, Reginaldo Prandi e Sérgio Junqueira.

Entre os objetivos destacam-se: Identificar os parâmetros epistemológicos do Ensino Religioso pela LDBEN; definir conceitos como: epistemologia, Ensino Religioso, fenomenologia e religião; caracterizar o Ensino Religioso nos parâmetros da LDBEN; apresentar o papel que a Fenomenologia da Religião cumpre na base epistemológica do Ensino Religioso Escolar.

Quanto à relevância social, vale ressaltar que ainda que se demonstrassem todas as religiões, embora independentes quanto às suas origens, tem o mesmo princípio, o mesmo fundo; brevemente: “sejam na realidade uma única e mesma coisa. Pode-se deixar as suas ilusões caras e a seus métodos que estimariam desde agora, estas duas questões reguladas por uma afirmativa”⁶.

Porém, a preocupação principal da sociologia religiosa não é de dar a última explicação do fenômeno religioso, mas sim, estudá-lo como um fato na sua natureza especificamente social, na sua vida própria, resultante de pluralidade de relações, independente, exterior e superior às consciências individuais, exercendo sobre elas coerção

⁵ MARTINS, J. *Estudos sobre existencialismo, fenomenologia e educação*. São Paulo: Centauro, 2006, p. 17.

⁶ CANCLINI, Nestor Garcia. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2003, p. 35.

social tanto difusa como organizada⁷.

O Ensino Religioso no Brasil passou por diferentes concepções. Inicialmente, era compreendido como ensino da religião, doutrina, educação pastoral na escola, meio de evangelização e Ensino Religioso confessional. A partir dos anos 70, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 5.692/71,3 artigo 7º, parágrafo 1º, o Ensino Religioso foi incluído na Grade Curricular, tornando-se obrigatório nas escolas de ensino fundamental e médio⁸.

O Ensino Religioso possui novas características no contexto da educação brasileira, pois passou a ser compreendido e desenvolvido como Ensino Religioso confessional cristão, subdividido em Ensino Religioso ecumênico, interconfessional e inter-religioso⁹. A viabilidade do estudo está no fato de mostrar que o Ensino Religioso no Brasil, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996), artigo 33, com a redação da Lei n. 9.475/97,5 de 22 de julho de 1997, passa a ter um novo enfoque.

Em se tratando da natureza do quadro teórico-metodológico, torna-se importante primeiramente compreender que o Ensino Religioso precisa se estruturar a partir da base epistemológica, com “conteúdos que podem vir do senso comum, de tradições religiosas ou do acúmulo das pesquisas científicas, no caso das ciências”¹⁰. Assim, precisamos distinguir dois tipos de ensino: o que reproduz conhecimento e o que produz conhecimento. Com efeito, o primeiro modo de ensino se fundamenta na tradição oral ou escrita e a segunda forma, no meio sistemático da escola. Para tanto, o autor entende que o Ensino Religioso ajuda a decodificar valores e tradições¹¹.

Mediante esta compreensão popular da religião, a presente investigação científica tem como objeto a conceituação da religião enquanto instituição socialmente organizada. A pesquisa terá caráter bibliográfico e descritivo. Enquanto descritiva, a pesquisa possui um “procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo de conhecimento”¹².

Entende-se que a pesquisa implica *método*. A palavra método que significa, de

⁷ ORTIZ, 2000, p. 13.

⁸ JUNQUEIRA, Sérgio; WAGNER, Raul. *O Ensino Religioso no Brasil*. 2. ed. rev. e ampl. – Curitiba: Champagnat, 2011, p. 97.

⁹ JUNQUEIRA, WAGNER, 2011, p. 81.

¹⁰ PASSOS, João Décio. *Ensino Religioso: construção de uma proposta*. 1 ed. São Paulo: Paulinas. 2007, p. 27.

¹¹ PASSOS, 2007.

¹² LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001, p. 43.

acordo com um caminho, por sua vez, implica em uma atividade racional visando a sua elaboração. Esta é designada pela palavra grega que significa estudo sistemático. Assim, quando falamos de *metodologia da pesquisa*, queremos designar o estudo sistemático dos procedimentos, racionais e lógicos, seguido pelo homem na busca de solução, ou soluções, para um problema qualquer que afete o seu conhecimento¹³.

Na visão de Oliveira¹⁴, “A pesquisa bibliográfica é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico, tais como livros, enciclopédias, periódicos, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos”. A área de estudo será a Escola Municipal de Ensino Fundamental II, Manoel Mello Sobrinho, localizada em Cariacica-ES. A E.M.E.F. Manoel Mello Sobrinho está situada à Rua Santa Fé, s/n, Vila Palestina, Cariacica, Espírito Santo, foi criada pelo Decreto Lei n. 1797/88 de maio de 1988.

Por fim, convém dizer que o universo dessa pesquisa se desenvolveu juntamente aos alunos (as) da Escola Municipal de Ensino Fundamental II, Manoel Mello Sobrinho, localizada em Cariacica-ES e junto aos professores (as) de Ensino Religioso da Rede Educacional. Assim, no intuito de ser melhor explanada, a metodologia será explicitada em um capítulo a parte.



¹³ LAKATOS E MARCONI, 2001, p. 45.

¹⁴ OLIVEIRA, Maria Marly de. *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007, p. 69.

1 A RELIGIÃO COMO FENÔMENO UNIVERSAL

O capítulo um trata da religião como fenômeno universal, entre os enfoques centrais a serem abordados nesta parte do estudo destacam-se: o conceito da história da religião; a religião e o ser humano desde o início dos tempos; a religião; a fenomenologia; e a intolerância religiosa nas escolas.

1.1 Conceito da História da Religião

A palavra religião provém do latim *ligare*, *religare*, *ligar* e *religar*. Entende-se como um conjunto de ritos, práticas, orações, pelos quais um povo ou uma sociedade costuma ligar-se a Deus, à divindade ou ao sagrado. Praticar uma religião significa compartilhar com Deus o mais íntimo do nosso ser, com nossos irmãos e com o universo nossas experiências boas ou ruins. É meditar e vivenciar o mundo em que vivemos de uma maneira particular. É louvar, agradecer, escutar e pedir¹⁵.

As principais religiões do mundo, segundo Vovelle, são: a) Cristianismo. Religião dos que acreditam que Jesus Cristo é o Filho de Deus, morto e ressuscitado, que veio anunciar aos homens a boa nova da salvação. É no Novo Testamento que se encontram os Evangelhos, as Cartas e outros escritos que reconhecem que Jesus é o Enviado do Pai, o Messias Salvador. O ensinamento de Jesus era simples. Ele proclamava o amor a Deus e ao próximo como maior mandamento; “Ama o próximo como a ti mesmo”. Jesus Cristo representa o seguimento na fé. Crer e não ver. É a entrega total. Confiar que Deus existe, é bondade e está conosco. O Cristianismo é a religião mais numerosa do mundo. Nos dois mil anos da sua existência é mais que uma religião, é cultura vivenciada pelo testemunho das vidas dos indivíduos, práticas, acontecimentos, transmitidos de geração em geração, sempre centrados na figura de Jesus¹⁶. b) Judaísmo. A mais antiga das três religiões monoteístas. A essência da fé judaica encontra-se no *sema*, palavra que significa “escuta”. A fé judaica está expressa na revelação escrita da Bíblia, sobretudo nos primeiros cinco livros. A interpretação da Torah e Profetas se dá no Talmud. A fé judaica criou instituições específicas e próprias, como a sinagoga, os rabinos ou mestres com suas respectivas escolas, a circuncisão, o sábado (*sabbat*) e as festas litúrgicas. Os judeus possuem várias escolas religiosas. Importantes formas de judaísmo são a

¹⁵ VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

¹⁶ VOVELLE, 2007, p. 34.

ortodoxa, a conservadora, a reformista e a liberal¹⁷; c) Islamismo ou Islã. Religião de fidelidade a Deus, ou seja, todo ser criado existe dependente de Deus, obedece ao seu poder criador e vive para o adorar. Muçulmano é a palavra que se dá a cada um dos seus membros e significa aquele que vive sua vida em conformidade com a vontade de Deus. O Islamismo é cronologicamente a terceira e a última das três grandes religiões reveladas. (Judaísmo, Cristianismo e Islamismo). O seu livro sagrado é o ALCORÃO e MAOMÉ é o seu profeta. A comunidade islâmica é chamada de “Umma”. O Islamismo é uma religião missionária, com vocação de universalidade. O credo muçulmano está todo contido no SAHADA, profissão ou testemunho público de fé que se encontra no livro sagrado do ALCORÃO e que é obrigado a recitação diária¹⁸.

Convém dizer que independente da religião, todas têm um único sentido de serem chamadas pela crença em um único Deus e na revelação que Deus fez de si próprio e que o homem aceita pela fé,

A crença religiosa é o aspecto cognitivo da religião que procura explicar a natureza e a origem das coisas sagradas. A crença baseia-se em atitudes habituais, na fé, e as noções delas derivadas, mesmo quando coincidem com ciência, não se fundamentam nas observações e no tipo de evidência próprios desta última. O ritual é lado ativo da religião. Apresenta as seguintes formas: manipulação de objetos sagrados tangíveis, ação instrumental carregada de conteúdo simbólico; tipos de conduta como, por exemplo, o uso de roupas especiais, recitação de fórmulas específicas, cantos, dança, lamentações, reverências etc. E tem por finalidade despertar uma disposição de espírito favorável em relação ao sagrado, e reforçar a fé dos participantes. É particularmente eficiente quando coletivo, pois aumenta a emotividade, tornando mais intensa a impressão subjetiva¹⁹.

Os profetas bíblicos do Judaísmo, desde o século IX a.C., foram os primeiros homens acerca dos quais possui-se documentos literários e conhecimentos históricos. Permaneceram no decurso da história, como os primeiros homens prontos a obedecer a Deus, antes que a outros homens. Eram profetas ativos que se consideravam instrumentos divinos e, como homens inspirados por Deus, levaram suas revelações e exortações proféticas, em forma de missão iluminada pela sabedoria divina, a seu povo e a seus Reis.

Tem sido uma das características da religião ocidental, o fato de seus líderes - santos e fundadores de ordens monásticas, reformadores, profetas populares e os artesãos evangelistas - democratizarem e reativarem o Cristianismo. As tendências para um intelectualismo aristocrático por parte dos eruditos, muitas vezes foi sufocada e, em virtude disso, o Cristianismo, através de inúmeras transigências e concessões, penetrou na vida diária

¹⁷ VOVELLE, 2007, p. 38.

¹⁸ VOVELLE, 2007, p. 39.

¹⁹ CALLOIS, Roger. *O Homem e o Sagrado*. Lisboa: Ed. 70, 2008, p. 38.

das massas, em sociedades diversas. Este é um dos objetivos dos profetas emissários do Cristianismo que, como ativistas, procuraram transformar o mundo²⁰.

Neste sentido, renunciando à aristocracia religiosa do sacerdócio e das ordens religiosas, o protestantismo eliminou a separação entre profissionais e leigos. O ascetismo Cristão desenvolveu-se por trás das paredes monásticas, através de elites especialmente organizadas e democratizou-se pelo código do ascetismo espiritual que se tornou, de fato, efetivo nas seitas e países regidos pelo puritanismo calvinista²¹.

O comportamento de quem se converte²² a uma outra religião, merece atenção especial, porque seu ardor torna-se particularmente intenso. Ele pode ser motivado mais pelo ressentimento contra a vida que abandonou, do que por uma identificação positiva e fraterna com o novo credo que agora abraça.

1.2 A Religião

A religião, ao contrário do que possa parecer, não é algo fácil de se definir. Muitos são os aspectos que envolvem tal caracterização. Durante séculos, os animais conseguiram sobreviver por medo da adaptação física. Todas suas características tais como: garras, habilidade de confundir-se com o terreno são manifestações de corpos maravilhosamente adaptados à natureza ao seu redor²³.

Os instintos dos animais são fechados e assim o são principalmente porque tudo que realizam é com o único propósito: sobreviver. O animal é o seu corpo, sua programação biológica é complexa, fechada e perfeita, não há problemas não respondidos, não há história como a entendemos.

Ao contrário do animal, o homem é um ser aberto. Do ponto de vista genético o recém-nascido está determinado. O fato é que o homem é um construtor, idealizador, um ser pensante e artista: chorar, rir, plantar, esculpir, pintar, compor sinfonias e escrever. Essa é a grande diferença do homem para o animal. Não somos apenas seres que desejam. Além do desejo somos formados pela nossa cultura. A atividade humana não pode ser compreendida apenas como uma luta pela sobrevivência. A cultura edifica o homem, ela é a identidade de um povo²⁴.

Existem circunstâncias em que somos impotentes. Surge aí o amor, o desejo e a

²⁰ ALVES, Rubem. *O que é Religião*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 23.

²¹ ORO, Ari Pedro. *Globalização e Religião*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 34.

²² No caso desta frase, significa uma pessoa que muda de religião passando a pertencer a uma nova denominação.

²³ ORO, 1997, p. 57.

²⁴ ALVES, 2004, p. 76.

imaginação, as mãos e os símbolos. Isto acontece para criar um mundo que faça sentido e que tenha ordem, que exista harmonia com os valores do homem. Problema é desordem e harmonia. Caso contrário, não ocorrerá realização. Essa busca gera angústia, frustração, rejeição, crueldade, solidão, injustiça, etc. Se o desejo não se realiza, resta cantá-lo, dizê-lo, celebrá-lo, escrever-lhe poemas, compor sinfonias. Os símbolos surgem como forma de expressão de uma determinada cultura, eles atingem onde nem sempre as palavras conseguem fazê-lo.

A religião faz parte desse conjunto de símbolos que busca a pretensiosa tentativa de transubstanciar a natureza, retratam de forma visível o invisível: altar, plantas, pão, vinho, templo e imagens. Pedra é pedra, porém no mundo religioso é altar, no sagrado o vinho simboliza o sacrifício, a oferta maior. Para alguns autores a religião não é apenas o espaço de uma realização metafísica, é uma das formas de se expressar conflitos existenciais bem como explicá-los, assim como a ciência. A religião, seja ela qual for, ocupa um papel importante no contexto social²⁵.

Nenhuma ciência, nem se quer empírica, pode iniciar seu trabalho sem ter antes de tudo delimitado o campo da sua observação científica ou – o que diz a mesma coisa – sem ter dado uma definição ao menos provisória, nominal do fenômeno por ser estudado²⁶. Assim, também a organização dos estudos sociológicos sobre a religião está condicionada pela necessidade primordial de procurar estabelecer quais fenômenos devem ser considerados como religiosos, isto é, traçar uma linha de demarcação preliminar entre fenômenos religiosos e não religiosos.

O que, porém, não se dá sem uma definição histórica, objetiva e nominal da religião em si. Convém salientar, neste lugar, a importante diferença que distingue a definição preliminar de religião da determinação do fato social religioso, que é um dos objetos principais da sociologia. Até aqueles sociólogos que não querem discutir a tese, segundo a qual a sociedade seria o valor supremo ou a fonte primária dos valores, sustentam que é na vida e pela vida em sociedade que os valores humanos se determinam. 'A sociedade não é a fonte dos valores; é a fonte da emergência dos valores e da sua chegada à consciência'²⁷.

Neste sentido, a definição puramente provisória da religião, fornecerá uma simples hipótese de trabalho, que poderá ser corrigida, confirmada ou completada durante e após os estudos sociológicos sobre uma das religiões. Aliás, esta é uma razão a mais para propormos, como ensaio, a elaboração da sociologia de cada religião ou a sociologia de diversas religiões e não da religião em si, porque a definição nominal de religião não pode ser tomada como

²⁵ CALLOIS, 2008, p. 42.

²⁶ CALLOIS, 2008, p. 42.

²⁷ CANEVACCI, Massimo. *Sincretismos. Uma exploração das hibridações culturais*. São Paulo, Studio Nobel, 2006, p. 123.

sinônimo em todas, pois o máximo que tal definição poderá indicar são os elementos primários e secundários, não porém, os elementos essências e acidentais dela²⁸.

Porém, não se pode ocultar a convicção e esperança de que a elaboração minuciosa da sociologia, bem como da história e da psicologia, de cada religião, poderá contribuir poderosamente para uma definição real e essencial da religião em si (papel primordial da metafísica) que, com toda certeza, levará em conta na redação de suas conclusões últimas a hipótese – segundo a nossa fé: a certeza de uma revelação sobrenatural. Por enquanto, somente em dois casos, a expressão 'história da religião' ou outra formulada deste gênero, poderia ser empregada sem pressupor uma solução filosófica: a saber, se estabelecesse que todas as religiões derivam de uma religião única, cujas transformações a história se proporia a demonstrar²⁹.

Vale ressaltar que ainda que se demonstrasse todas as religiões, embora independentes quanto às suas origens, tem o mesmo princípio, o mesmo fundo; brevemente: sejam na realidade uma única e mesma coisa. Pode-se deixar as suas ilusões caras e a seus métodos que estimariam desde agora, estas duas questões reguladas por uma afirmativa³⁰. A sociologia comparativa da religião somente pode ser concebida como a coroa das sociologias especiais de cada religião. Sugere-se escolher, antes de tudo, uma definição nominal prudente, mas bastante larga e compreensiva, aplicável a todas as religiões, na moldura da qual cada religião, cada fórmula de religiosidade individual ou social possa reivindicar para si a definição que seus distintivos característicos indicam. Aliás, é condição da ciência empírica: aceitar o testemunho dos fatos, no nosso caso a consciência que cada religião tem de si mesma e da importância que atribui a seus elementos e suas diversas formas de manifestação³¹.

Canclini, ainda resalta que:

Preocupados por encontrar a definição nominal, empiricamente objetiva da religião, devemos abordar, exclusivamente, a questão de fato e deixar de lado as questões de direito da religião, recorrendo ao sentido que lhe dava o uso geral de outras épocas, em foco, por disputa, os grandes problemas de direito, como a origem, a essência e o valor da religião, ofuscando, dessa maneira, o sentido comum³².

Outro ponto relevante abordado pelo autor demonstra que:

Reconhecemos que o uso não revela todos os aspectos e matizes do fato religioso, principalmente aqueles que estão escondidos nas profundezas psicológicas da alma humana. Mas no momento não se trata de descobrir os traços mais sutis e finos; trata-se apenas de discernir, grosso modo, os comportamentos religiosos dos não religiosos. Para cumprir esta tarefa servem otimamente a linguagem e o uso, pois que 'por novas atitudes se criam novas palavras e, sem saber ainda se umas e outras são racionais ou ilógicas, são ou mórbidas, pode-se ter certeza sobre tudo se o uso

²⁸ CANEVACCI, 2006, p. 123.

²⁹ CANCLINI, Nestor Garcia. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2003, p. 54.

³⁰ CANCLINI, 2003, p. 54.

³¹ CANCLINI, 2003, p. 55.

³² CANCLINI, 2003, p. 52.

lhes opões com insistência, que elas são propriamente revertidas³³.

Portanto, a primeira indicação do sentido tradicional histórico da religião pode vir da etimologia. É interessante notar que as línguas modernas não têm palavra própria para designar a noção de religião, muito provavelmente por causa da dificuldade de achar uma expressão adequada do todo deste fenômeno complexo e sublime. Mesmo a significação da palavra original latina “religio”, que passou a ser adotada em todas as línguas modernas, é discutida ainda hoje e parece exprimir univocamente a essência do fenômeno religioso.

A etimologia indica um aspecto subjetivo e objetivo da religião e alude a natureza individual e social da obrigação religiosa, contudo deixa aberta a questão sobre a natureza do objetivo da ligação. O fato de o Cristianismo ter endossado a palavra “religião, demonstra, que o Cristianismo quis dar-lhe um sentido essencialmente outro que tinha na civilização romana: a piedade e a devoção dos homens para com as potências sobre humanas do além”³⁴. Este fato diz ainda mais para nós: na moldura de uma definição nominal, provisória e histórica, mesmo as supremas formas da religião podem encontrar seu lugar, aprofundando, alargando e esclarecendo ou especificando seus termos. Assim, conforme cita Canclini³⁵, com efeito, a contribuição do Cristianismo para o aprofundamento desta definição nominal consiste, justamente, em especificar o objeto e a natureza da ligação religiosa, estabelecendo a dependência total ser humano em relação a Deus, pessoal pela sua doutrina sobre a criação do ser humano a imagem e semelhança de Deus.

Sendo a significação de religião a questão fundamental de todas as disciplinas das ciências religiosas, cuja literatura é enorme e cujos problemas são os mais complicados, cumpre notar, que nós a abordamos aqui apenas para fundamentar metodologicamente a organização dos estudos sociológicos sobre as religiões. Para tais finalidades, basta mencionar que o uso geral, como o atesta, de um lado, a nossa própria consciência em constante intercomunicação e interdependência com a consciência do nosso ambiente e, de outro lado, a história das religiões sob a noção da religião, entende ‘a relação entre o homem e a potência sobre humana’ ou ‘a comunicação com o mundo sobre terreno’, como a intromissão acreditada e compreendida de uma nova, completamente outra realidade na nossa vida³⁶.

A esta afirmação que envolve diversos problemas de alcance, relativos à organização dos estudos sociológicos sobre as religiões, deve-se parar por um momento. É interessante notar que mesmo a intenção da ligação religiosa pode ser uma realidade objetiva pessoal ou

³³ CANCLINI, 2003, p. 52.

³⁴ ORO, 1997, p. 55.

³⁵ CANCLINI, 2003, p. 52.

³⁶ CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas*. Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 2007, p. 53.

impessoal. Até mesmo, de que o divino seja concebido em alguma maneira, segundo o tipo da pessoa humana, declarando-se estar de acordo com os etnólogos, segundo os quais a noção de personalidade não implica, de maneira alguma, do ponto de vista psicológico, a da espiritualidade, nem a da imaterialidade, porque a noção da superioridade, do extraordinário, do sobrenatural, do sagrado, pode ainda suscitar as ideias e sentimentos de respeito, admiração, dependência; mas se eliminar a noção da personalidade, desaparecerá a do dever e da obrigação³⁷.

Objetivamente, porém, define-se com o conjunto de crenças e práticas, ritos e instituições nas quais essa mentalidade subjetiva e religiosa relativa à potência sobre humana (realidade objetiva ou, ao menos concebida como tal, única ou coletiva, mas de certa medida e suprema de certa maneira pessoal), encontra o seu objeto e seus motivos e toma forma social, isto é, exterior às consciências individuais e independente delas. Esta definição, porém, coloca na presença de um fato social, objeto próprio da sociologia³⁸.

Como efeito, o fenômeno religioso objetivamente concebido e definido, realmente tem todos os distintivos característicos do fato social: é objetivo, exterior às consciências individuais e parcialmente independente delas, resulta da pluralidade de relações, exerce uma coerção sobre os indivíduos. Na verdade, os fatos sociais, tem uma realidade objetiva e um caráter específico em virtude da sua vida própria. A vida social dá nascimento a um conjunto de realidade que substituem por si mesmas, independente de seus autores: este é o caso dos monumentos, das obras de arte, da cultura da terra, dos produtos industriais³⁹.

Da mesma forma, produz a vida social outros tantos fenômenos que, sem serem separáveis do homem, são dotados de uma permanência parcialmente independente dos homens que os animam e, por isso, podem ser isolados pelo espírito humano e, conseqüentemente, considerados em sua natureza específica. Nesta segunda categoria dos produtos da vida social figuram as instituições e os sistemas filosóficos, morais e religiosos. Cada um dos indivíduos nasce numa e para uma sociedade, que lhe pré existia de fato. Esta sociedade tem uma estrutura material já formada e um sistema já constituído de funções e funcionamentos, isto é, os fatos da vida da sociedade. Tais fatos compreendem ações e práticas, o estado, os sentimentos e as representações da alma coletiva, todos pré existentes, de fato, às gerações dos indivíduos que se sucedem um ao outro, progressiva e quase

³⁷ ORO, 1997, p. 65.

³⁸ PRANDI, 2007, p. 72.

³⁹ CANCLINI, 2007, p. 53.

imperceptivelmente aos próprios indivíduos⁴⁰.

Por isso tem um sentido irrefutavelmente verdadeiro a afirmação que também as representações da consciência coletiva são anteriores e superiores às manifestações individuais. De outro lado, não se pode esconder a nossa convicção de que “a psicologia coletiva não é senão a psicologia de uma coletividade e a coletividade não é senão uma reunião de homens”, isto é, indivíduos possuindo suas próprias consciências individuais⁴¹.

A psicologia individual deve ser esclarecida pela psicologia social, da mesma forma como esta deve firmar-se sobre a psicologia individual. A psicologia deve ser total; ela deve estudar o ser humano inteiro e a vida social, não é somente exterior o ser humano, ela penetra todo seu psiquismo. Ao mesmo tempo é do ser humano e do psiquismo humano que ela nasce. A vida social faz parte da vida do ser humano da mesma forma como o ser humano faz parte da vida social⁴².

Da mesma forma será compreensível e explicável o emprego de tais termos como “coisa”, “corrente social”, para caracterizar e explicar o fato social, tendo porém, sempre plena consciência de que este é uma soma complexa, não apenas matemática, mas qualitativa, de muitos e múltiplos fatos individuais, especificadas pelos diferentes modos possíveis da composição de seus elementos constitutivos.

Daí, aliás, a sensação da sua dependência em face da sociedade concebida de maneira de um “super-ser” personificado. Com efeito, fala-se da Pátria, do Estado, da Sociedade como de uma pessoa. Um segundo elemento que contribui para a formação da vida social é o instinto, isto é, a exigência instintiva que o homem tem dos seus semelhantes, sendo infeliz no isolamento⁴³.

Chama-se instinto social ou instinto gregário cujas manifestações são a simpatia ou antipatia, conformismo ou o espírito de contradição, o desejo de ser reconhecido, estimado, admirado ou de servir um ao outro, que, por seu lado, produzem aqueles processos sociais, fatos de interação (processos de aproximação e afastamento; de associação, conciliação e união; de separação ou dissociação, de competência e de conflito; de adaptação, integração, diferenciação), de que, resultam fenômenos por excelência sociais: as relações sociais e formas sociais⁴⁴.

⁴⁰ MONTOYA, Pedro Córdoba. *Religiosidade Popular: Arqueologia de uma nação polêmica*. São Paulo: Álvares, 2009, p. 34.

⁴¹ ORO, 1997, p. 66.

⁴² DURKHEIM, Emile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1989, p. 83.

⁴³ SANTAJO, Carlos Álvares. *A religiosidade popular: antropologia e história*. Barcelona: Antrhopos, 1999, p. 93.

⁴⁴ SANTAJO, 1999, p. 93.

Segundo Santajó, para a formação da vida social, é a necessidade material e moral do homem isolado para a vida em comum, por causa da sua impotência de satisfazer as suas exigências mais elementares e aquelas mais altas, que a vida social faz nascer nele (alojamento, vestuário, alimento cozido, instrução, etiqueta, etc.). Portanto, a vida social e os fenômenos sociais, resultam da ação recíproca e mútua destes fatores, um sobre o outro e, dessa maneira, se explica o aparecimento daquele sentimento de solidariedade e de unidade que se manifesta logo quando homens se acham reunidos, embora de maneira pouco estável⁴⁵.

A confluência destes elementos individuais constitutivos da vida social que se faz de modo espontâneo, involuntário, até imperceptível da parte dos indivíduos, procria um espírito comum entre os membros do grupo. Chama-se isto espírito coletivo, “consciência coletiva”. Observa-se a formação deste espírito coletivo em toda a parte onde homens se reúnem ou vivem juntos, sejam grupos de membros pouco numerosos: nas famílias, nas escolas, nas cavernas, nos bancos, nos clubes esportivos, ou seja, grupos mais numerosos, como nas classes sociais, nas cidades, nas nações, nas civilizações.

Instituí-se propositadamente, a distinção entre grupos sociais limitados de duração curta e grupos mais complexos e universais no espaço e no tempo, a fim de mostrar e salientar que a explicação do espírito comum, pela contribuição da psicologia individual de cada um dos membros do grupo, ainda é realizável nos primeiros, de composição relativamente simples, mas torna-se cada vez mais difícil (podemos mesmo dizer praticamente irrealizável) nos segundos, por causa do grande número e complexidade impenetrável dos elementos em jogo e, conseqüentemente, da invencível dificuldade de analisá-los empiricamente⁴⁶.

O espírito comum de camaradagem, que nasce entre companheiros de viagem, de um clube esportivo, de número bem reduzido, se explicaria sem maiores dificuldades pela psicologia individual dos membros destes pequenos grupos e não se deveria recorrer a uma entidade supra individual. Entretanto, mesmo neste caso fica o fato, demonstrável por uma análise psicológica mais aprofundada, que a psicologia de cada um dos membros destes pequenos grupos, trás a marca mais ou menos determinantes do espírito comum dos grandes grupos sociais, como da civilização, da nação, da classe, etc. e este espírito entra em jogo quando estes indivíduos procedem espontaneamente ou voluntariamente à organização de um novo pequeno grupo. Faltam, porém, completamente os meios de pesquisa suficientemente numerosos, penetrantes e exatos para reconstituir cada um dos fios individuais constitutivos dessas grandes e complicadas realidades sociais, compostas de milhões e milhares de atos e

⁴⁵ SANTAJO, 1999, p. 94.

⁴⁶ DUVIGNAUD, Jean. *Festas e civilizações*. Fortaleza: Tempo Brasileiro, 2003, p. 203.

estados psíquicos, passados e presentes, de indivíduos⁴⁷.

Se então definirmos o social conforme salienta Duvignaud, a vida social e os fenômenos sociais aparecem ao indivíduo isolado como um dado superior da natureza, exterior, superior e independente dele, a ser analisado sob o ponto de vista da sua realidade específica. Quando o tecido ou a construção estiver pronto, é demasiadamente difícil explicar passo a passo o processo de composição dos seus elementos individuais; o que porém, ainda se dá no mundo material não é mais realizável no mundo espiritual, a qual pertencem os fenômenos sociais⁴⁸. Assim pelas análises anteriores ficou esclarecido qual o sentido que atribuímos a nossa definição do fato social que manifesta uma ação ou um estado da alma coletiva. E porque não existe ação coletiva sem estado de alma coletiva, pode-se contentar com a seguinte definição: o fato social é que manifesta um estado da alma coletiva. É por isso que se apresenta ao homem isolado como a realidade anterior e superior que é formada sem ele, que é independente dele, que se impõe a ele, que é impassível de transformações por ele⁴⁹.

Segundo Canclini essa ação individual é imperceptível, anônima, exceto a das grandes personalidades, dos heróis que embora na concepção do autor fossem encarnações da alma coletiva de uma época, de uma sociedade, sendo essa a base psicológica da repercussão da atuação deles, no respectivo ambiente social, - com a força da sua individualidade deram expressão individualmente marcada da consciência coletiva e, com isso, um novo rumo e novo impulso à evolução social⁵⁰.

Como as mortes e nascimentos dos indivíduos constantemente mudam a composição material da sociedade, da mesma forma, os indivíduos recebendo pela transmissão operada pelo mecanismo da vida social, as idéias e sentimentos em vigor no grupo, os retomam e transformam sem o saber. Pela passagem das ideias e dos sentimentos de um indivíduo ao outro, de uma geração a outra, eles se modificam, se cristalizam, se fixam, se formulam e todo mundo os repete e acredita que eles não vêm dos homens, porque ninguém tem a consciência de ser responsável por eles.

Dessa maneira, as correntes sociais, os grandes movimentos da opinião coletiva como a Renascença e o Romantismo, Liberalismo e Socialismo ou, para mencionarmos movimentos sociais mais antigos e religiosos, as Cruzadas e o Monarquismo, encontram a sua última explicação nas circunstâncias exteriores, na multiplicidade de ações individuais e na

⁴⁷ DUVIGNAUD, 2003.

⁴⁸ DUVIGNAUD, 2003.

⁴⁹ ORO, 1997, p. 66.

⁵⁰ CANCLINI, 2007, p. 54.

propagação dos sentimentos e ideias, resultantes das circunstâncias e dos homens. Afinal de contas, o ser humano, tendo essencialmente a mesma natureza, manifestam uma reação mais ou menos uniforme às circunstâncias exteriores. Produzem-se então, as correntes sociais, os grandes movimentos da alma coletiva que parecem vir da coletividade em si, por que são mais fortes do que os indivíduos isolados e se impõe a eles com toda a força de sua mensagem e dinamismo⁵¹.

Ainda segundo Canclini:

A coerção, a sanção social que exercem sobre os indivíduos isolados é o último distintivo característico dos fatos sociais. Com efeito, esta é uma propriedade que ‘cada indivíduo não permitiria adivinhar’. ‘A sanção social pode ser difusa, como a da opinião pública, que não tem órgão especializado, ou organizada, quando administrada por órgãos definidos, como os tribunais’. Com esta divisão implicitamente afirmamos, que os fatos sociais são manifestações da natureza dos grupos sociais, como tais, criados pelo espírito coletivo. Os grupos sociais, porém, por sua vez se distinguem segundo a classificação mais comum em grupos organizados espontânea e conscientemente⁵².

A natureza da sanção social, difusa ou organizada, varia, então, segundo a natureza do grupo espontâneo ou voluntário. Com tal distinção, naturalmente não quisemos pronunciar um juízo axiológico no que diz respeito à força e ao grau do constrangimento social, exercido pelas diversas formas de sanção social, por que as “leis não escritas”, morais ou religiosas, de um grupo social “espontâneo”, por exemplo de uma cidade do interior, podem exercer um constrangimento social equivalente, até superior aos das leis escritas de uma sociedade juridicamente organizada e hierarquizada, como a Igreja Católica⁵³.

A coerção organizada pelas leis políticas, jurídicas, econômicas, das sociedades políticas, pelas leis dogmáticas, morais, jurídicas, rituais das sociedades religiosas tem efeito quase tangível e palpável, mas a sanção difusa dos costumes da moda e da moral, do comportamento na “sociedade”, da atividade pública do estilo da arte, do modo de produção econômico, das regras do trabalho científico, não é menos forte, rígida e cruel⁵⁴. Essa análise rápida e superficial sobre o fato social, tende a demonstrar que todas as espécies deste, isto é, não somente os fenômenos sociais de existência material, como os monumentos da arquitetura, obras das artes plásticas, da literatura e outros tantos produtos da indústria humana; não somente os fatos sociais já realizados ou consolidados com existência e caráter estável ou permanente, como as instituições, mas também os fatos em ser de caráter dinâmico

⁵¹ CANCLINI, 2007, p. 55.

⁵² CANCLINI, 2007, p. 78.

⁵³ CALLOIS, 2008, p. 97.

⁵⁴ CALLOIS, 2008, p. 97.

e transitório, como os movimentos e correntes sociais, podem e devem ser considerados e analisados objetivamente como as coisas, na sua especificidade particular, isto é, na sua natureza social, fazendo abstração da sua explicação última pela psicologia⁵⁵.

Ora, o fenômeno religioso objetivamente encarado e definido, é um fato social com todas as suas características distintivas acima analisadas e explicadas com a diferença que, enquanto os demais fenômenos sociais giram em torno de realidades e valores que não ultrapassam as relações da vida humana terrena, a religião por sua vez, estabelece relação com uma potência sobre humana e por isso, na sua última explicação, além da consideração de seus elementos psíquicos, religião subjetiva, ou seja a religiosidade dos grandes gênios religiosos (fundadores e santos) e de cada fiel religioso, não pode excluir a hipótese de uma intervenção direta dessa mesma potência sobre humana, da qual vem testemunhando a religião revelada. Porém, a preocupação principal da sociologia religiosa não é de dar a última explicação do fenômeno religioso, mas sim, estudá-lo como um fato na sua natureza especificamente social, na sua vida própria resultante de pluralidade de relações, independente, exterior e superior às consciências individuais, exercendo sobre elas coerção social tanto difusa como organizada⁵⁶.

A especificidade do religioso (relação a uma potência sobre humana) e a transcendentalidade do religioso, no caso religião revelada, elementos esses que dizem respeito à mensagem interna dele, não excluem a especificidade do fato social religioso, relativa a sua existência visível, não excluem pois, a possibilidade de tratar dele sob os diversos aspectos das leis de coexistência, “consensus” social (estática social) e de sucessão (dinâmica social), na sua relação com o seu “substrato” material (morfologia social) e como uma função, funcionamento, representação da alma coletiva do grupo (fisiologia social), como um fato social realizando (instituição, sistema, grupo) e como um fato “em ser” (movimentos e correntes religiosos)⁵⁷.

Pode-se dizer mesmo que, quanto mais transcendental e dogmaticamente institucionalizada for uma religião, tanto mais acentuado será o caráter objetivo e social dela, tanto mais independente, superior e coerciva será em relação às consciências individuais isoladas. Se em cada religião o critério da religiosidade individual for a aceitação por parte do membro do grupo, das crenças, das representações religiosas coletivas, nas religiões transcendentes e dogmáticas, a religiosidade individual mais autêntica, será a mais perfeita adaptação do comportamento interno e externo do indivíduo, às regras objetivas definidas da fé, da moral e do culto⁵⁸.

⁵⁵ ORTIZ, 2000, p. 18.

⁵⁶ ORTIZ, 2000, p. 92.

⁵⁷ ORTIZ, 2000, p. 43.

⁵⁸ ORO, 1997, p. 57.

1.3 A Religião e a Globalização

A religião tem sido amplamente discutida pelos intelectuais, que vêm apontando para as transformações do campo religioso. Essa transformação tem sido atribuída à globalização. A mídia tem se apropriado desse debate e influenciado as opiniões comuns⁵⁹. Num contexto globalizado de relativismo generalizado que instaura um sentimento de desconfiança em relação aos sistemas de crenças fechados, a religião passa a ser sem fronteira e sem território, sem ser, contudo, universal ou única.

Esta diluição das fronteiras é parte do fenômeno de globalização que atua como um processo de decomposição e recomposição de identidades individuais e coletivas. Desta situação ocorre uma dupla tendência: a abertura à mestiçagem cultural ou o refúgio em universos simbólicos fechados. A globalização se coloca como um novo paradigma dentro do qual deve-se pensar a sociologia e a antropologia da religião. Segundo Pace, está-se exigindo que se revise o conceito de sincretismo, que se enfatize a perspectiva comparativa e que se busque compreender mais a religião como um sistema simbólico do que assinalar seus aspectos funcionais⁶⁰.

Torna-se útil mencionar o fato de que a religião é o resultado do fetichismo do homem primitivo que, emprestando vontade e sentimentos a tudo que o cerca, adora a objetos e seres de que crê receber influências e de que se crê dependente. Em tal estágio teria nascido a noção da alma, quando o primitivo fetichista viu a si mesmo em sonhos. Engels expos esta ideia, ao examinar a obra de Fuerbach que assinalaria, segundo os marxistas, o fim da filosofia clássica, estabelecendo definitivamente o materialismo como interpretação da natureza⁶¹.

É importante notar que para situar a religião como contrária ao humanismo, procura-se conflitá-la, com o racionalismo, a ciência, a cultura, a civilização, o progresso. No entanto, a razão não exclui a religião. É a razão que aceita ou refuta a fé e que estabelece uma crença. Ser ou não ser religioso independe do estágio social, embora devam ser levadas em conta as forças externas de condicionamento⁶². A religião é uma condição humana, natural, que não pode ser suprimida por tais forças, mas apenas aproveitada e dirigida para outro tipo de ideocracia. Isso acontece, por exemplo, quando se faz igreja de uma doutrina política. Com menos ou mais conhecimentos, o homem raciocina para aceitar ou refutar o ideal religioso.

⁵⁹ PRANDI, 1997, p. 45.

⁶⁰ PACE, Enzo. *Religião e Globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 28.

⁶¹ ORTIZ, 2000, p. 34.

⁶² ORTIZ, 2000, p. 34.

1.4 A Fenomenologia

Na sociedade brasileira, exclusão, preconceito e discriminação caminham juntos. Dentro dessas desigualdades, surgem diferenças, resultando em processos complexos e presentes em nosso cotidiano, nos diferentes espaços sociais. Caracteriza-se por uma pluralidade cultural resultante de um processo histórico.

As inter-relações sociais, no decorrer dos anos, favoreceu a construção de um país miscigenado com diferenças se acentuando cada vez mais, levando à formação de uma hierarquia de classes, caracterizada pelo prestígio social de uns e a marginalização e a exclusão social de outros⁶³. A Fenomenologia é destinada a distinguir a verdade da aparência. A fenomenologia é, pois, como o citado filósofo a designa, “a teoria da aparência”, o fundamento de todo saber empírico⁶⁴.

Na esteira kanto-hegeliana (Kant e Hegel), passando por Husserl e Heidegger, desenvolveu-se no século XX, a chamada Fenomenologia da Religião, um ramo do trabalho acadêmico que postulava uma certa autonomia no estudo da religião e visava contrapor-se ao reducionismo kanto-hegeliano⁶⁵. Os estudos fenomenológicos de Rudolf Otto, Mircea Eliade, Gehrard Van Der Leeuw, e outros, estão na origem da chamada ciência ou ciências da religião ou das religiões, e produziram um impressionante volume de conhecimentos factuais sobre as religiões. Em certo sentido, toda pesquisa sobre religiões possui um fundo fenomenológico - mesmo que não compartilhe das premissas teóricas dos fenomenólogos originários⁶⁶.

Contra o reducionismo naturalista dos positivistas, Eliade afirma ainda a irreduzibilidade do fenômeno religioso, que é sempre um fenômeno histórico, fazendo-o com o significado e com o alcance sobre os quais se estenderá mais adiante ao discorrer sobre o seu método fenomenológico⁶⁷. Na esteira kanto-hegeliana (Kant e Hegel), passando por Husserl e Heidegger, desenvolveu-se no século XX a chamada Fenomenologia da Religião, um ramo do trabalho acadêmico que postulava uma certa autonomia no estudo da religião e visava contrapor-se ao reducionismo kanto-hegeliano⁶⁸.

Sem o conhecimento empírico produzido pelos fenomenólogos do século XIX-XX, não teria-se condições hoje de formular uma ciência das religiões, entretanto, pode-se questionar a validade de alguns conceitos teóricos deduzidos da pesquisa fenomenológica.

⁶³ CANDAU, y.M. *Educação intercultural e cotidiano escolar*. Buscando caminhos: Rio de Janeiro, 2000, p. 65.

⁶⁴ MORA, J. Ferrater. *Dicionário de filosofia*, p. 1013.

⁶⁵ ZABATIERO, Júlio P. T. Material referente às aulas do professor. Vitória: 2013.

⁶⁶ ZABATIERO, Júlio P. T. Material referente às aulas do professor. Vitória: 2013.

⁶⁷ ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. Lisboa: Livros do Brasil, s. d. 219 p. 19.

⁶⁸ ZABATIERO, Júlio P. T. Material referente às aulas do professor. Vitória: 2013, p. 39.

Nota-se que apesar da diversidade de propostas no campo da Fenomenologia da Religião, alguns pontos teóricos se tornaram certo senso comum fenomenológico: a religiosidade é concebida como uma dimensão antropológica constitutiva, sem a qual, o ser humano é menos do que humano; ela se distingue da religião e da espiritualidade; o sagrado – distinguindo-se do profano – ocupa o lugar central do olhar fenomenológico, como elemento ôntico constitutivo⁶⁹.

Pode-se afirmar que cabe à “fenomenologia da religião iluminar tanto as estruturas internas dos fenômenos religiosos (referência ao âmbito das culturas), bem como compreender e interpretar o relacionamento do indivíduo humano (referência à interioridade) com a potência misteriosa”⁷⁰. É possível constatar que mudaram as formas, as linguagens e algumas práticas sociais frente às questões relacionadas à discriminação e intolerância religiosa, porém a situação de desvantagem, mede-se pelas disparidades multidimensionais de que, são vítimas e que se atualizam através do encobrimento e da dissimulação, de como alguns interpretam a sua própria fé.

A intolerância religiosa é um conjunto de ideologias e atitudes ofensivas a diferentes crenças e religiões. Em casos extremos, esse tipo de intolerância torna-se uma perseguição. Sendo definida como um crime de ódio que fere a liberdade e a dignidade humana, a perseguição religiosa é de extrema gravidade e costuma ser caracterizada pela ofensa, discriminação e até mesmo atos que atentam à vida de um determinado grupo que tem em comum certas crenças. As liberdades de expressão e de culto são asseguradas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela Constituição Federal. A religião e a crença de um ser humano não devem constituir barreiras a fraternais e melhores relações humanas. Todos devem ser respeitados e tratados de maneira igual perante a lei, independente da orientação religiosa.

O Brasil é um país de Estado Laico, isso significa que não há uma religião oficial brasileira e que o Estado se mantém neutro e imparcial às diferentes religiões. Desta forma, há uma separação entre estado e Igreja; o que, teoricamente, assegura uma governabilidade imune à influência de dogmas religiosos. Além de separar governo de religião, a Constituição Federal também garante o tratamento igualitário a todos os seres humanos, quaisquer que sejam suas crenças. Dessa maneira a liberdade religiosa está protegida e não deve, de forma alguma, ser desrespeitada.

⁶⁹ ZABATIERO, 2013, p. 67.

⁷⁰ OTTO, Rudolf. *O sagrado: os aspectos irracionais na noção do divino e sua relação com o racional*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 15.

É importante salientar que a crítica religiosa não é igual à intolerância religiosa. O direito de criticar dogmas e encaminhamentos de uma religião são assegurados pela liberdade de opinião e expressão. Todavia, isso deve ser feito de forma que não haja desrespeito e ódio ao grupo religioso a que é direcionada a crítica. Como há muita influência religiosa na vida político-social brasileira, as críticas às religiões são comuns. Essas críticas são essenciais ao exercício de debate democrático e devem ser respeitadas em seus devidos termos.

1.5 Fenomenologia e a Intolerância Religiosa nas Escolas

A falta de crença também não deve constituir motivo para discriminação ou ódio. Um crime causado por tal motivo, representa uma séria agressão às liberdades de expressão e opinião e, assim sendo, deve ser denunciado da mesma maneira que todo crime de ódio. Borges, afirma que o cotidiano escolar é palco de diferentes revelações sociais e reflete a diversidade cultural presente na sociedade⁷¹. Assim, diferentes visões do mundo, estilos de vida, crenças, costumes, cores, etnias, e todos os aspectos que compõe a cultura, freqüentam diariamente as salas de aula.

A instituição escolar, representa um microuniverso social, que se caracteriza pela diversidade social e cultural, e por muitas vezes reproduzir padrões e condutas que permeiam as relações sociais fora da escola, e esta deve estar preparada para buscar mecanismos capazes de enfrentar essa diversidade.

A escola é responsável pelo processo de socialização infantil no qual se estabelece relações, com crianças de diferentes núcleos familiares. Esse contato diversificado poderá fazer da escola o primeiro espaço de vivência das tensões. A relação estabelecida entre crianças numa sala de aula pode acontecer de modo tenso, ou seja, segregando, excluindo, possibilitando que uma criança adote em alguns momentos uma postura introvertida, permeio de ser rejeitada ou ridicularizada pelo grupo social. Essas mensagens ideológicas tomam uma dimensão mais agravante ao pensarmos em quem são seus receptores.

São crianças em processo de desenvolvimento emocional, cognitivo e social, que podem incorporar mais facilmente as mensagens com conteúdos discriminatórios que permeiam as relações sociais aos quais passam a atender aos interesses da ideologia dominante, que objetiva consolidar a suposta inferioridade de determinados grupos.

Desta forma compreendemos que a escola tanto pode ser um espaço de

⁷¹ BORGES, E, MEDEIROS, C.A, DADesk, J. *Racismo, preconceito e intolerância*. São Paulo: Atual, 2002, p. 81.

disseminação, quanto um meio eficaz de prevenção e diminuição do preconceito. Esse trabalho deve ser feito de acordo com a realidade de cada instituição escolar, como fazer campanhas no meio de comunicação, abrir espaços sociais, recorrer aos direitos de cada um divulgar casos e situações, informar mais sobre o assunto, fazer campanhas com cartazes e palestras, promover a comunicação e o diálogo entre professores e alunos em sala de aula, evitar nomes ofensivos, dialogar mais, respeitar o próximo, ser justo e solidário para com o próximo.

A fenomenologia mostrou-se um caminho metodológico fecundo na medida em que possibilitou o desenvolvimento de novas abordagens epistemológicas, que será vista a seguir. O Ensino Religioso é problemático, porque envolve a felicidade do Estado, a secularização da cultura, a realidade socioantropológica dos múltiplos credos e a face existencial de cada indivíduo⁷².

Representações e manifestações de religiosidade, seja por meio de sinais ou práticas religiosas, estão presentes no cotidiano escolar, expressas pelos educandos em suas falas, em seus textos e em seus desenhos e que demarcam a sua história de vida e cultural. Princípios religiosos influenciam na organização e nas práticas pedagógicas cotidianas da escola, como por exemplo, a não frequência à escola no sábado, que vem de encontro às regras de assiduidade no ensino presencial. Muitas escolas buscam seus calendários de provas para atender à demanda dessa população. Quando não há essa preocupação com o respeito à opção religiosa, são instaurados conflitos e problemas de discriminação e de exclusão no âmbito da escola.

Como é que os educadores trabalham as representações e manifestações de religiosidade dos (as) alunos (as)? Essa questão vai além do debate sobre o Ensino Religioso como matéria de conhecimento, porque envolve as relações intersubjetivas nas práticas pedagógicas escolares. Assim, o Ensino Religioso constitui-se em uma problemática ético-política diante de uma sociedade e de uma escola excludente. Considera-se como que o laicismo não significa a imposição de uma orientação anti-religiosa ao ensino e à sociedade, mas define-se pela tolerância, pela aceitação, pelo respeito ao outro, diferente e ao mesmo tempo igual e deveres e direitos. O laicismo pauta-se na liberdade de crença⁷³.

Por isso, as representações e manifestações de religiosidade presentes nas práticas educativas, apresentando como os educandos expressam a sua religiosidade em seu processo

⁷² FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. *Ensino Religioso: Perspectivas Pedagógicas*. 2 ed., Petrópolis-RJ: Vozes. Coleção ensino religioso escolar. Série Fundamentos. 1995, p. 23.

⁷³ HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. São Paulo: Centauro, 2002, p. 196.

de aprendizagem dos conteúdos escolares e como os docentes trabalham pedagogicamente essas representações e manifestações religiosas dos discentes em classe, ajudam a pensar a religiosidade nos espaços educativos de forma mais ampla do que a de uma matéria de conhecimento, trazendo a religiosidade para o debate do pluralismo religioso e da inclusão escolar, que perpassa pela compreensão da diferença religiosa em suas dimensões históricas, culturais e políticas.

O Ensino Religioso, identificado com uma religião não é democrático, pode ser considerado discriminatório, aborda uma doutrina específica e pode gerar discriminação dentro das salas de aula. Segundo Von, o ensino voltado para uma determinada religião pode constranger os alunos (as) que não compartilham dessas ideias. Ressalta ainda a possibilidade de que, dependendo da maneira que forem ministradas, as aulas de religião podem incentivar a intolerância entre os estudantes⁷⁴. “Em vez da educação fazer o seu papel formador, o seu papel de suprir, dentro das suas condições, as necessidades de formação da população, ela passa também um campo de disputa política e doutrinaria”⁷⁵.

Segundo Souza:

Não podemos considerar que a questão ética, a questão moral, os valores sejam privilegio das religiões, ressaltou. A presença do elemento religioso não faz sentido na educação pública e voltada para todos os cidadãos brasileiros, segundo ele. ‘A questão é pública e a questão da fé é uma coisa íntima de cada um de nós’⁷⁶.

Ele indicou a impossibilidade de todos os tipos de crença, estarem representadas no sistema de Ensino Religioso. Segundo ele, religiões minoritárias, como os cultos de origem afro, não teriam estrutura para estarem presentes em todos os pontos do país. As pessoas que não tem religião estariam completamente excluídas desse tipo de ensino e, além disso, e mesmo que se conseguisse dar um Ensino Religioso equilibradamente entre todos os credos, você ia deixar em desvantagem os anti-religiosos e os ateus⁷⁷.

Vê com preocupação a possibilidade de a fé se confundir com os conhecimentos transmitidos pelo sistema educacional. Como o aluno pode distinguir entre a confiabilidade dos conteúdos das aulas de geografia e matemática e o conteúdo das aulas de religião?

Rocha, afirma “que a religião é parte importante no processo educacional”. “Uma

⁷⁴ VON, Cristina. *Cultura de paz: o que os indivíduos, grupos escolas e organizações podem fazer pela paz no mundo*. São Paulo: Petrópolis, 2003, p. 32.

⁷⁵ VON, 2003, p. 32.

⁷⁶ SOUZA 2008, p. 229.

⁷⁷ BECKER Michael. A educação de valores no Inter-Religioso: uma contribuição para a cultura de paz. In: DE MATOS, Kelma; DO NASCIMENTO, Verônica; NONATO JÚNIOR Raimundo (Orgs.). *Cultura de paz: do conhecimento à sabedoria*. Fortaleza: edições UFC. 2008. p. 217-228.

educação integral envolve também o aspecto da dimensão religiosa ao lado das outras dimensões da vida humana”⁷⁸, afirmou.

O caminho da confessionalidade, da interconfessionalidade, das religiões é o caminho da religiosidade. Hoje já não é possível pensar em educação de qualidade, sem contemplar a dimensão religiosa do ser humano, dimensão essa que muitas vezes é confundida com o ensino da religião, catequese ou proselitismo. Pela primeira vez no Brasil corrigindo distorções históricas do Ensino Religioso, o próprio Conselho Nacional de Educação, no seu Parecer do 11/03/97, entende a necessidade de um professor habilitado e não de um representante de uma denominação religiosa. Esse posicionamento consolida o que reza a nova redação do Artigo nº 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, sancionada em 22/07/97 prevê o profissional capacitado para esta área.

O Ensino Religioso com conhecimento, tem por objetivo o Transcendente e a sistematização do fenômeno religioso, deve partir das raízes, das tradições religiosas orientais, ocidentais, africanas e indígenas. É lógico, portanto, que o profissional dessa área seja sensível à pluralidade e consciente da complexidade sociocultural da questão religiosa. Ele deve também garantir liberdade do educando, sem proselitismo e/ou catequização. O Ensino Religioso necessita de profissionais da formação adequada ao desempenho de sua ação educativa, considerando que o conhecimento religioso, para o estudado fenômeno religioso na escola, situa-se na complexidade da questão religiosa e na pluralidade brasileira.

Portanto, este educador insere-se num contexto que exige dele uma constante busca de conhecimento religioso. Por isso, espera-se que seja capaz de viver o respeito da alteridade, de considerar que família e comunidade religiosa são espaço privilegiados para a vivência religiosa e para a opção de fé.

⁷⁸ ROCHA, Antônio Carlos. *A sabedoria e a religião*. Rio de Janeiro, Tecnoprint SA, 2008.

2 PARÂMETROS EDUCACIONAIS DO ENSINO RELIGIOSO

Em se tratando do segundo capítulo, observou-se que seu destaque, direciona-se para a compreensão dos Parâmetros Educacionais do Ensino Religioso e sua contextualização nas escolas. Assim, o presente capítulo, para fundamentar melhor a pesquisa, delimitou como eixo norteador os seguintes tópicos: conceituando o ensino religioso; a LDBEN e o Ensino Religioso e os PCN's e a religiosidade.

2.1 Conceituando o Ensino Religioso

Considera-se que o laicismo não significa a imposição de uma orientação anti-religiosa ao ensino e à sociedade, mas define-se pela tolerância, pela aceitação, pelo respeito ao outro, diferente e ao mesmo tempo igual em deveres e direitos. O laicismo pauta-se na liberdade de crença⁷⁹.

Por isso, as representações e manifestações de religiosidade presentes nas práticas educativas, apresentando como os educandos expressam a sua religiosidade em seu processo de aprendizagem dos conteúdos escolares e como os docentes trabalham pedagogicamente essas representações e manifestações religiosas dos discentes em classe, ajudam a pensar a religiosidade nos espaços educativos de forma mais ampla do que a de uma matéria de conhecimento, trazendo a religiosidade para o debate do pluralismo religioso e da inclusão escolar, que perpassa pela compreensão da diferença religiosa em suas dimensões históricas, culturais e políticas.

Desde os tempos imperiais até os dias atuais, as discussões sobre o Ensino Religioso no Brasil, perpassam por três pontos principais: a permanência ou não como disciplina regular do currículo; a identidade desta disciplina e dos seus conteúdos e a formação do professor de Ensino Religioso, fato que pode ser mensurado através das normalizações da disciplina ao longo de nossa história⁸⁰.

Todas essas questões envolvem interesses debatidos na esfera política, onde de um lado há os defensores do Estado laico - que apregoam a retirada do Ensino Religioso das escolas -, e do outro, aqueles que defendem o Ensino Religioso como componente indispensável da formação cidadã e moral dos brasileiros, e ainda, os que buscam uma

⁷⁹ HORKHEIMER, 2002. p. 196.

⁸⁰ CASSEB, 2009, p. 76.

integração destas duas perspectivas⁸¹.

No regime de Padroado vigente durante o penedo colonial e imperial do Brasil, a Escola tinha por meta a formação de valores em uma tradição religiosa: a Igreja Católica Apostólica Romana, sendo assim, o Ensino neste período foi desenvolvido nas poucas instituições educacionais existentes, era em sua maioria ministrada por religiosos⁸². Portanto, no período da Monarquia Constitucional (1823-1889) onde o texto da Carta Magna de 1824 mantinha a Religião Católica como a Religião oficial do império, o Ensino Religioso era desenvolvido como meio de evangelização dos gentios e catequese dos negros (aparelho ideológico), em concordância com os acordos estabelecidos entre o Sumo Pontífice e o Monarca de Portugal⁸³.

Na implantação do Regime Republicano (1890-1930) - com forte influência do Positivismo - aspectos da vida social como a educação, o matrimônio e o enterro (cemitério) eram de competência do Estado, um Estado livre da Igreja, onde esta poderia ter liberdade de culto, no entanto, fora da escola e em local próprio. Pela Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro 1891, o Ensino Religioso deveria estar sob responsabilidade dos ministros de cada confissão religiosa a ser efetivada em seus templos⁸⁴.

Tal proposta não agradou o episcopado, que mesmo em face da educação de caráter laico, manteve o Ensino Religioso sob fidelidade das orientações do catolicismo⁸⁵. Durante o período de transição (1930-1937), no decreto conhecido como Independência da República, de 30 de abril de 1931, por conta da Reforma Francisco Campos, o ensino da religião é admitido como facultativo de acordo com a confissão do aluno e dos interesses da família, sendo que a organização dos programas e as escolhas dos livros ficam a cargo dos ministros dos respectivos cultos⁸⁶.

A Constituição de 16 de julho de 1934, no artigo 153, torna obrigatória a oferta do Ensino Religioso nas escolas do país em horários normais e de acordo com a condição religiosa do aluno; a frequência por parte dos estudantes tem caráter facultativo⁸⁷. De acordo com o Fórum Nacional Permanente para o Ensino Religioso⁸⁸, esta é a lei referencial para as discussões dos diversos aspectos do Ensino Religioso no país, desde 1934 até a LDB vigente

⁸¹ CASSEB. 2009, p. 47.

⁸² DEL PRIORE, Mary. *Religião e religiosidade no Brasil colonial*. 6 ed. São Paulo: Ática, 2002.

⁸³ FONAPER - FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO. *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso*. 8 ed. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2006.

⁸⁴ OLIVEIRA, 2007, p. 52.

⁸⁵ FONAPER, 2006, p. 9.

⁸⁶ OLIVEIRA, 2007, p. 38.

⁸⁷ OLIVEIRA, 2007.

⁸⁸ FONAPER, 2006.

(9394/96).

No período do Estado Novo (1937-1945), com a efetivação da Reforma Francisco Campos, o artigo 133 da Constituição de 1937, retira a obrigatoriedade do Ensino Religioso das escolas do país. Tal premissa teve forte influência do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova - as escolas novistas eram contra a inclusão do Ensino Religioso por considerarem os princípios da laicidade, obrigatoriedade e gratuidade do ensino público⁸⁹.

Em 1941, o projeto de Lei Orgânica deste ano, propôs uma cisão entre culto religioso e as aulas de Ensino Religioso. Esta medida veio atender às reivindicações da Igreja Católica, aproximando-a do Estado, já que no período do governo de Getúlio Vargas, as aulas de Religião foram canceladas: “O argumento utilizado apoiava-se no papel da religião como ação moderadora na sociedade, pois lhe cabia o ensino de valores e atitudes cristãs que contribuiriam para a paz e para a tranqüilidade social”⁹⁰. No terceiro período republicano (1946-1964), em 1961, foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 4024/61, que no artigo 97 versava sobre o Ensino Religioso.

Esta disciplina volta a ser inserida nos horários normais da escola, sendo de matrícula facultativa para os alunos e respeitando a confissão, já estes sem a determinação de um número mínimo para a formação de classe. As aulas deveriam ser ministradas por representantes da autoridade religiosa e sem ônus para os cofres públicos:

Art. 97 da LDB/96. O Ensino Religioso constitui disciplina dos horários normais das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado sem ônus para os cofres públicos, de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável. § 1. A formação de classe para o Ensino Religioso independe de número mínimo de alunos. § 2. O registro dos professores de Ensino Religioso será realizado perante a autoridade religiosa respectiva⁹¹.

Em 1964, no quarto período republicano, o governo militar, através de um golpe armado, depôs o presidente constitucional João Goulart, e para implementar o regime autoritário da ditadura, foi necessário revogar e alterar dispositivos da legislação sobre a educação⁹². Sendo assim, em 1971, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus, de nº 5.692/71, que em seu artigo 7º, parágrafo único - sem revogar totalmente a LDB de 1961 - repete o dispositivo da Carta Magna de 1968 e Emenda Constitucional nº 1/69, reinserindo o Ensino Religioso nos horários regulares, compondo a

⁸⁹ FONAPER, 2006.

⁹⁰ OLIVEIRA, 2007. p. 52.

⁹¹ BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 4.024/61. In: SAVIANI, 1996. p. 3.

⁹² SAVIANI, Dermeval. *Política e educação no Brasil*. 66 ed. Campinas: Autores Associados, 1996.

área de estudos de Moral e Cívica, Artes e Educação Física, no intuito de formar alunos voltados ao civismo e a moral concernentes ao regime militar⁹³:

Art. 7 [...] Parágrafo único - O Ensino Religioso de matrícula facultativa constituirá disciplina dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de primeiro e segundo graus⁹⁴.

Durante as décadas de 80 e 90, o Brasil, já imerso no âmbito da redemocratização, passa por um processo de rupturas com as concepções político-sociais e culturais da época, gerando incertezas e possibilidades quanto aos vários aspectos da sociedade brasileira. Neste cerne, a educação e o Ensino Religioso voltam a ser pontos de novas discussões e polemica⁹⁵. No contexto do início das discussões para a Constituinte, em 1985, à instalação do FONAPER, em 1995, o Ensino Religioso passa por várias discussões entre professores, estudiosos, pesquisadores da área, sistemas de ensino, universidades, representantes de diversas tradições religiosas, políticos, enfim, a sociedade civil como um todo, atenta para a natureza, permanência ou não e identidade do Ensino Religioso nas escolas brasileiras⁹⁶.

Na Constituição Federal de 1988 - em vigor, através do artigo 210, parágrafo 1º do Capítulo III da Ordem Social, lê-se que: “O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental”:

A inclusão desse dispositivo deu-se com uma significativa mobilização nacional, resultando na segunda maior emenda, em número de assinaturas, apresentada ao Congresso Constituinte. Em todo o país há grandes esforços pela renovação do conceito de Ensino Religioso, da sua prática pedagógica, da definição de seus conteúdos, natureza e metodologia adequada ao universo escolar⁹⁷.

No dia 20 de dezembro de 1996, foi promulgada a LDB 9.394/96, denominada também de “Lei Darcy Ribeiro”. Esta lei inseriu o Ensino Religioso no contexto global da educação, preconizando o respeito à diversidade cultural-religiosa do Brasil.

Art. 33 § 3º O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de educação básica, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter [...] (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO. Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional - Lei 9.394/96⁹⁸.

⁹³ OLIVEIRA, 2007, p. 46.

⁹⁴ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Lei 5.692/71.

⁹⁵ FONAPER, 2006, p. 8.

⁹⁶ FONAPER, 2006, p. 4.

⁹⁷ FONAPER, 2006, p. 18.

⁹⁸ JUNQUEIRA, 2007, p. 37.

Finalmente, no dia 22 de julho de 1997, foi promulgada a Lei 9.475, que alterou o artigo 33 da LDB 9394/96, retirando o termo, “sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos” e dando outros dispositivos:

Art. 33 O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de Educação Básica, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. § 1 - Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do Ensino Religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores. § 2º. - Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso (REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL Lei 9.475 [22 de julho de 1997, que da nova redação ao art. 3º da Lei (9.394/96) de Diretrizes e Bases da Educação Nacional]⁹⁹.

Com a Lei 9475/97, o Ensino Religioso no Brasil passa a ter as seguintes características¹⁰⁰:

A disciplina é considerada como parte integrante da formação do cidadão; A não permanência do Ensino Religioso confessional e interconfessional nas escolas públicas; A disciplina deve ser oferecida e ministrada nos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental; Deve ser assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil; São vedadas quaisquer formas de proselitismo; Cabe aos sistemas regionais a regulamentação dos procedimentos para a definição dos conteúdos e das normas para habilitação e admissão dos professores.

De acordo com Passos¹⁰¹, os modelos catequético, teológico e das ciências da religião - apresentam-se como práticas concretas e referenciais para se discutir a fundamentação epistemológica das propensões do Ensino Religioso no Brasil. Sua análise tem como parâmetro os fundamentos teóricos e Metodológicos de onde decorrem conteúdo posturas políticas e didáticas na relação professor-aluno e no ensino-aprendizagem.

O conhecimento da religião faz parte da educação geral e contribui com a formação completa do cidadão, devendo, assim, estar sob responsabilidade dos sistemas de ensino e submetida às mesmas exigências das demais áreas do saber, que compõem os currículos escolares. As Ciências da Religião podem oferecer base teórica e metodológica para a abordagem da dimensão religiosa em seus diversos aspectos e manifestações, articulando-a de forma integrada com a discussão sobre a educação¹⁰².

O autor atesta que o modelo das Ciências da Religião - na tarefa política de retirar o Ensino Religioso do campo de negociação das confissões religiosas e do Estado - terá muitas

⁹⁹ JUNQUEIRA, 2007, p. 45.

¹⁰⁰ CASSEB, 2009, p. 35.

¹⁰¹ PASSOS 2007, p. 27.

¹⁰² PASSOS, 2007. p. 65.

dificuldades em romper com as estruturas confessionais e interconfessionais ainda hoje remanescentes.

Podemos dizer que os três modelos têm sua concretização numa certa sequência cronológica. O modelo catequético é o mais antigo; está relacionado, sobretudo, a contextos em que a religião gozava de hegemonia na sociedade, embora ainda sobreviva em muitas práticas atuais que continuam apostando nessa hegemonia, utilizando-se, por sua vez, de métodos modernos. Ele é seguido do modelo teológico que se constrói num esforço de diálogo com a sociedade plural e secularizada e sobre bases antropológicas. O último modelo, ainda em construção, situa-se no âmbito das Ciências da Religião e fornece referências teóricas e metodológicas para o estudo e o ensino da religião, como disciplina autônoma e plenamente inserida nos currículos escolares¹⁰³.

O modelo catequético é preconizado entre as Igrejas cristãs (Católica e Protestantes) e tem como prática escolar a catequese dos alunos voltada para a formação das ideias corretas e verdadeiras, em oposição às ideias falsas. Esse modelo busca reconquistar a regência de outrora das confissões religiosas na sociedade moderna¹⁰⁴.

Outro exemplo, parte da iniciativa da Igreja Católica em São Paulo, como se pode ver na chamada publicada no jornal O São Paulo, de 12 de abril de 2006: “A Pastoral Regional do Ensino Religioso realizará encontro anual de educador e agentes de pastoral Educativos, visando à implantação e à dinamização de Ensino Religioso confessional católico nas escolas estaduais e municipais...”¹⁰⁵. O modelo teológico tem por premissa, superar a prática catequética, indo a uma perspectiva que considera a religião como tendo caráter universal, ou seja, é uma dimensão do ser humano, e sendo assim, é um valor a ser educado. Nesse modelo, considera-se a religião como fator imponderável para a formação integral do ser humano, oferecendo aos homens, referências de valores universais e morais¹⁰⁶.

A ação pedagógica deste modelo está pautada sobre fundamentos antropológicos e teológicos, no entanto, Décio Passos considera que se a responsabilidade dos conteúdos ainda recai sobre as confissões religiosas, este modelo pode fatalmente reproduzir - de forma velada - o modelo catequético nas escolas. Segundo Passos¹⁰⁷

Mesmo embasado nessa antropologia e na convicção do respeito às diversidades, o risco desse modelo, afigura ser o de uma catequização disfarçada, não tanto pelos seus conteúdos, mas pela responsabilidade ainda delegada às confissões religiosas.

A Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), é uma das entidades civis

¹⁰³ PASSOS, 2007, p. 54.

¹⁰⁴ PASSOS, 2007, p. 54.

¹⁰⁵ PASSOS, 2007, p. 55.

¹⁰⁶ PASSOS, 2007, p. 56.

¹⁰⁷ PASSOS, 2007, p. 64.

que entende que a formação religiosa deve ser efetivada não só nas comunidades, mas também nas escolas, respeitando as confissões dos alunos ¹⁰⁸. Portanto, o Ensino Religioso deve ser ofertado pelo Estado como forma de assegurar a formação de valores ao cidadão:

Toda a ação educativa se situa num contexto filosófico e de valores [...]. Toda proposta de educação é também uma proposta de valores, de um tipo de homem e de um tipo de sociedade [...] um processo de humanização, expressão de um projeto utópico, o homem novo e a nova sociedade, que impulsiona para a transformação do mundo de opressão (CNBB. Estudos da CNBB n. 41 para uma pastoral da educação. In: ¹⁰⁹.

Por fim, é bom frisar que em nome de uma autonomia epistemológica e pedagógica - no intuito de romper com os dois modelos anteriores - o modelo das ciências das religiões, advêm das perspectivas da comunidade científica, dos sistemas de ensino e da própria escola. Neste modelo, o ensino da religião não é encarado como uma atividade cientificamente neutra, mas, deve ser interpretado como área de conhecimento, sendo assim, caracterizado na intencionalidade educativa¹¹⁰.

2.2 A LDBEN e Ensino Religioso

O Ensino Religioso identificado com uma religião não é democrático, pode ser considerado discriminatório, aborda uma doutrina específica, pode gerar discriminação dentro das salas de aula. Segundo Von¹¹¹, o ensino voltado para uma determinada religião pode constringer os alunos que não compartilham dessas ideias. Ressalta ainda a possibilidade de que, dependendo da maneira que forem ministradas, as aulas de religião podem incentivar a intolerância entre os estudantes. “Em vez da educação fazer o seu papel formador, o seu papel de suprir, dentro das suas condições, as necessidades de formação da população ela passa também um campo de disputa política e doutrinaria”¹¹².

Segundo Souza¹¹³:

Não podemos considerar que a questão ética, a questão moral, os valores, sejam privilegio das religiões, ressaltou. A presença do elemento religioso não faz sentido na educação pública e voltada para todos os cidadãos brasileiros, segundo ele. ‘A questão é pública e a questão da fé é uma coisa íntima de cada um de nós’.

¹⁰⁸ PASSOS, 2007, p. 64.

¹⁰⁹ PASSOS, 2007, p. 62.

¹¹⁰ PASSOS, 2007, p. 65.

¹¹¹ VON 2003, p. 26.

¹¹² IDIB, 2003.

¹¹³ SOUZA 2008, p. 229.

Ele indicou a impossibilidade de todos os tipos de crença estarem representadas no sistema de Ensino Religioso. Segundo ele, religiões minoritárias, como os cultos de origem afro, não teriam estrutura para estarem presentes em todos os pontos do país. Becker¹¹⁴, as pessoas que não tem religião estariam completamente excluídas desse tipo de ensino e, além disso, e mesmo que você conseguisse dar um Ensino Religioso equilibradamente entre todos os credos você ia deixar em desvantagem os arreligiosos e os ateus.

Vê “com preocupação a possibilidade de a fé se confundir com os conhecimentos transmitidos pelo sistema educacional”. Como o aluno pode distinguir entre a confiabilidade dos conteúdos das aulas de geografia e matemática e o conteúdo das aulas de religião?

Rocha, afirma que “a religião é parte importante no processo educacional. Uma educação integral envolve também o aspecto da dimensão religiosa ao lado das outras dimensões da vida humana”.¹¹⁵ O caminho da confessionalidade, da interconfessionalidade, das religiões é o caminho da religiosidade. Hoje já não é possível pensar em educação de qualidade sem contemplar a dimensão religiosa do ser humano, dimensão essa que muitas vezes é confundida com o ensino da religião, catequese ou proselitismo.

Pela primeira vez no Brasil, corrigindo distorções históricas do Ensino Religioso, o próprio Conselho Nacional de Educação, no seu Parecer do 11/03/97, entende a necessidade de um professor habilitado e não de um representante de uma denominação religiosa. Esse posicionamento consolida o que reza a nova redação do Artigo nº 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, sancionada em 22/07/97 prevê o profissional capacitado para esta área.

O Ensino Religioso com conhecimento, tem por objetivo o Transcendente e a sistematização do fenômeno religioso, deve partir das raízes das tradições religiosas orientais, ocidentais, africanas e indígenas. É lógico, portanto, que o profissional dessa área seja sensível à pluralidade e consciente da complexidade sociocultural da questão religiosa.

Ele deve também garantir liberdade do educando, sem proselitismo e/ou catequização. O Ensino Religioso necessita de profissionais da formação adequada ao desempenho de sua ação educativa, considerando que o conhecimento religioso, para o estudado fenômeno religioso na escola, situa-se na complexidade da questão religiosa e na pluralidade brasileira. Este educador insere-se num contexto que exige dele uma constante busca de conhecimento religioso. Por isso, espera-se que seja capaz de viver o respeito da alteridade, de considerar que família e comunidade religiosa são espaço privilegiados para a

¹¹⁴ BECKER 2008, p. 220.

¹¹⁵ ROCHA 2008, p. 48.

vivência religiosa e para a opção de fé.

O professor de Ensino Religioso precisa colocar seu conhecimento e sua experiência pessoal a serviço da liberdade do educando, subsidiando-o no entendimento do fenômeno religioso.

2.3 PCN'S e Religião

O Ensino Religioso é considerado uma área de conhecimento que faz parte dos currículos oficiais da escola. O Ensino Religioso é facultativo e a sua abordagem esta proposta no parecer Nº 05/97do CNE, na perspectiva de uma “história da religião, antropologia cultural, ética religiosa”, procurando manter o caráter científico, o princípio da laicidade e a neutralidade do docente em relação às religiões existentes¹¹⁶.

O Ensino Religioso¹¹⁷ é problemático, porque envolve o Estado, a secularização da cultura, a realidade socioantropológica dos múltiplos credos e a face existencial de cada indivíduo. Representações e manifestações de religiosidade, seja por meio de sinais ou práticas religiosas, estão presentes no cotidiano escolar, expressas pelos educandos em suas falas, em seus textos e em seus desenhos e que demarcam a sua história de vida e cultural.

Princípios religiosos influenciam na organização e nas práticas pedagógicas cotidianas da escola, como por exemplo, a não frequência à escola no sábado, que vem de encontro às regras de assiduidade no ensino presencial. Muitas escolas buscam seus calendários de provas para atender à demanda dessa população. Quando não há essa preocupação com o respeito à opção religiosa, são instaurados conflitos e problemas de discriminação e de exclusão no âmbito da escola.

Como é que os educadores (as) trabalham as representações e manifestações de religiosidade dos (as) alunos (as)? Essa questão vai além do debate sobre o Ensino Religioso como matéria de conhecimento, porque envolve as relações intersubjetivas nas práticas pedagógicas escolares. E, a diferença, por favor, religioso constitui-se em uma problemática ético-política, diante de uma sociedade e de uma escola excludente. Muitas vezes a Intolerância e a Perseguição Religiosa acontecem no ambiente escolar. Os professores e alunos devem respeitar-se independente de crenças e costumes religiosos. A matéria de Ensino Religioso não deve ensinar apenas uma religião, mas todas as relações que envolvem

¹¹⁶ FISCHER, Louis. *A fé*. São Paulo: Circulo do Livro. 1982, p. 179.

¹¹⁷ FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. *O Ensino Religioso - perspectivas*. Tendências e Desafios. Petrópolis. Vozes, 1996.

as noções de Sagrado.

Da mesma maneira, nem o Ensino Regular nem o Ensino Religioso devem buscar converter os alunos a uma determinada crença. Caso isso aconteça, deve ser feita uma reclamação à Diretoria da Escola, à Secretaria de Educação, em casos de perseguição religiosa, à Polícia. A sociedade em geral deve conscientizar-se que, esse problema para que se resolva, só depende de nós. O Ensino Religioso é considerado uma área de conhecimento e faz parte dos programas oficiais da escola. O Ensino Religioso é facultativo e a sua abordagem esta proposta no parecer Nº 05/97do CNE¹¹⁸, na perspectiva de uma “história da religião, antropologia cultural, ética religiosa”, procurando manter o caráter científico, o princípio da laicidade e a neutralidade do docente em relação às religiões existentes.

A inclusão desse dispositivo deu-se com uma significativa mobilização nacional, resultando na segunda maior emenda, em número de assinaturas, apresentada ao Congresso Constituinte. Em todo o país há grandes esforços pela renovação do conceito de Ensino Religioso, da sua prática pedagógica, da definição de seus conteúdos, natureza e metodologia adequada ao universo escolar¹¹⁹.

Precisamos analisar os chamados Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e seus temas transversais, para dirimir as nossas dúvidas a respeito da capacidade das ciências humanas e suas tecnologias em prover um estudo adequado da religiosidade num contexto multicultural e eficaz¹²⁰.

No dia 20 de dezembro de 1996, foi promulgada a LDB 9.394/96, denominada também de “Lei Darcy Ribeiro”. Esta lei inseriu o Ensino Religioso no contexto global da educação, preconizando o respeito à diversidade cultural-religiosa do Brasil. Porém, manteve-se o Ensino Religioso como disciplina que não se reverteria em ônus para o Estado, fato este que provocou protestos e mudanças posteriores:

Art. 33. O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de educação básica, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter [...]¹²¹.

Finalmente, no dia 22 de julho de 1997, foi promulgada a Lei 9.475, que alterou o artigo 33 da LDB 9394/96, retirando o termo “sendo oferecido, sem ônus para os cofres

¹¹⁸ FISCHER, 2004, p. 179.

¹¹⁹ FONAPER, 2006, p. 18.

¹²⁰ BRASIL. Lei nº 9.475, de 22 de julho de 1997. Dá nova redação ao art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 22 jul. 1997.

¹²¹ JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. *Ensino Religioso: aspectos legal e curricular*. 1 ed. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 37.

públicos” e dando outros dispositivos:

Art. 33 O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de Educação Básica, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. § 1 - Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do Ensino Religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores. § 2º. - Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso (REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL Lei 9.475 [22 de julho de 1997, que da nova redação ao art. 3º da Lei (9.394/96) de Diretrizes e Bases da Educação Nacional]¹²².

Com a Lei 9475/97, o Ensino Religioso no Brasil passa a ter as seguintes características:

A disciplina é considerada como parte integrante da formação do cidadão; A não permanência do Ensino Religioso confessional e interconfessional nas escolas públicas; A disciplina deve ser oferecida e ministrada nos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental; Deve ser assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil; São vedadas quaisquer formas de proselitismo; Cabe aos sistemas regionais a regulamentação dos procedimentos para a definição dos conteúdos e das normas para habilitação e admissão dos professores¹²³.

A partir da Lei 9475/97, o Conselho Nacional de Educação, por meio da resolução 02/98, estabelece que a disciplina deve ser integrada no conceito, demarca o conhecimento, definindo-se norteadores e estruturas de leitura e interpretação essencial para garantir a possibilidade de participação autônoma do cidadão na construção de seus referenciais religiosos¹²⁴.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional [...] Por sua natureza aberta, configuram uma proposta flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre currículos e sobre programas de transformação da realidade educacional, empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores. Não configuram, portanto, um modelo curricular homogêneo e impositivo [...]¹²⁵.

¹²² JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. *Ensino Religioso: aspectos legal e curricular*. 1 ed. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 45.

¹²³ CASSEB, Samir Araújo. *Cultura de paz e não-violência no Ensino Religioso: possibilidades através da vida e obra de Mahatma Gandhi*. 2009. 98 f. Monografia (Licenciatura Plena em Ciências da Religião) - Universidade do Estado do Pará Belém, 2009.

¹²⁴ OLIVEIRA, 2007.

¹²⁵ BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN: Educação Física*.

O conjunto das proposições aqui expressas, responde à necessidade de referenciais a partir dos quais o sistema educacional do País se organize, a fim de garantir que, respeitadas as diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas que atravessam uma sociedade múltipla, estratificada e complexa, a educação possa atuar, decisivamente, no processo de construção da cidadania, tendo como meta o ideal de uma crescente igualdade de direitos entre os cidadãos, baseado nos princípios democráticos. [...] ¹²⁶.

O objetivo principal dos PCNs nada mais é do que nortear a criação dos projetos educacionais em níveis regionais e locais. Ao mesmo tempo em que se mantém a autonomia dos educadores locais em estabelecer seus projetos, eles são orientados por esses princípios gerais, mais centralizados, e podem participar no projeto de criação de uma educação nacional baseada em alguns princípios universais, em harmonia com o espírito democrático, típico da educação humanista ¹²⁷.

A partir da Lei 9475/97, o Conselho Nacional de Educação, por meio da resolução 02/98, estabelece que a disciplina deve ser integrada no conceito, demarca o conhecimento, definindo-se norteadores e estruturas de leitura e interpretação essencial para garantir a possibilidade de participação autônoma do cidadão na construção de seus referenciais religiosos ¹²⁸.

Por fim, é importante frisar que as várias propostas para a normalização do Ensino Religioso, ainda se fazem presentes nas salas de aula de nosso país. As perspectivas confessionais interconfessionais e as pautadas no cientificismo, encontram espaço nos sistemas educacionais, caracterizando modelos de Ensino Religioso, refletindo assim ao mesmo tempo, heranças do período confessional e as novas propostas de respeito a pluralidade cultural e religiosa do Brasil ¹²⁹.

Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

¹²⁶ BRASIL, 1997, p. 13.

¹²⁷ BRASIL, 1997, p. 2.

¹²⁸ OLIVEIRA, 2007, p. 13.

¹²⁹ CASSEB. 2009, p. 34.

3 RESULTADOS

Em se tratando da natureza, do quadro teórico-metodológico, torna-se importante, primeiramente compreender que o Ensino Religioso precisa se estruturar a partir da base epistemológica, com “conteúdos que podem vir do senso comum, de tradições religiosas ou do acúmulo das pesquisas científicas, no caso das ciências”¹³⁰. Assim, precisamos distinguir dois tipos de ensino: o que reproduz conhecimento e o que produz conhecimento. Com efeito, o primeiro modo de ensino se fundamenta na tradição oral ou escrita e a segunda forma, no meio sistemático da escola. Para tanto, o autor entende que o Ensino Religioso ajuda a decodificar valores e tradições¹³¹.

Diante desta compreensão a respeito da religião e do Ensino Religioso, os pressupostos teóricos balizadores deste estudo, foram organizados no sentido de descrever a interferência do contexto social, tentando captar o lado único da experiência religiosa do ser, conhecer as teorias que explicam a Religião em sua base epistemológica, através das idéias dos principais nomes ligados à Religião, tais como: Eliane Moura da Silva Nathan; Soderblom; Renato Ortiz, Garardus van der Leeuw; Rudolf Otto; Friedrich Heiller; Mircea Eliade; e Reginaldo Prandi.

3.1 Aspectos Metodológicos

3.1.1 Tipo de Pesquisa

Mediante esta compreensão popular da religião, a presente investigação científica tem como objeto o Ensino Religioso e sua relação com a fenomenologia. Assim, a pesquisa terá caráter bibliográfico e descritivo. Lakatos e Marconi¹³², afirma que enquanto descritiva, entendem a pesquisa como um “procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo de conhecimento”.

Entende-se que a pesquisa implica *método*. A palavra método que significa, ‘de acordo com um caminho’, por sua vez, implica em uma atividade racional, visando a sua elaboração. Esta é designada pela palavra grega que significa estudo sistemático.

¹³⁰ PASSOS, 2007, p. 27.

¹³¹ PASSOS, 2007.

¹³² LAKATOS E MARCONI 2001, p. 43.

Assim, quando falamos de *metodologia da pesquisa*, queremos designar o estudo sistemático dos procedimentos, racionais e lógicos, seguido pelo homem na busca de solução, ou soluções, para um problema qualquer que afete o seu conhecimento¹³³.

Por fim, na visão de Oliveira¹³⁴, “A pesquisa bibliográfica é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico, tais como livros, enciclopédias, periódicos, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos”.

3.1.2 Área de Estudo

Escola Municipal de Ensino Fundamental II, Manoel Mello Sobrinho, localizada em Cariacica-ES. A E.M.E.F. Manoel Mello Sobrinho está situada a Rua Santa Fé, s/n, Vila Palestina, Cariacica, Espírito Santo, foi criada pelo Decreto Lei n. 1797/88 de maio de 1988.

3.1.3 População e Amostra

População: De acordo com¹³⁵, “população ou universo da pesquisa é a totalidade de elementos distintos que possui certa paridade nas características definidas para determinado estudo”.

O universo dessa pesquisa se desenvolveu juntamente aos alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental II, Manoel Mello Sobrinho, localizada em Cariacica-ES e junto aos professores de Ensino Religioso da Rede Educacional.

A escola possui aproximadamente 25 professores em seu total e um universo de 230 regularmente matriculados nos 8º e 9º anos.

Amostra: A amostra segundo¹³⁶, “[...] é uma porção ou parcela, convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo”.

Em relação à amostra foram entrevistados 04 professores de Ensino Religioso e uma amostragem de 40 alunos dos 8º e 9º anos.

¹³³ LAKATOS E MARCONI, 2001, p. 45.

¹³⁴ OLIVEIRA 2007, p. 69.

¹³⁵ COLAUTO E BEUREN 2003, p. 118.

¹³⁶ LAKATOS E MARCONI 2001, p. 163.

3.1.4 Coleta dos Dados

Para coleta de dados foi utilizado o questionário, isto porque ele permitiu atingir um número maior de pessoas num intervalo menor de tempo, e através de entrevista informal. A coleta de dados foi feita em duas etapas: - Localização ou levantamento relacionado dos clientes. - Aplicação de questionários. As etapas são: 1ª Fase: Localização dos alunos e professores. Foram selecionados de forma aleatória mediante, de acordo com os que aceitaram conceder entrevistas no interior da escola. 2ª Fase: Aplicação de questionários entre os alunos e professores.

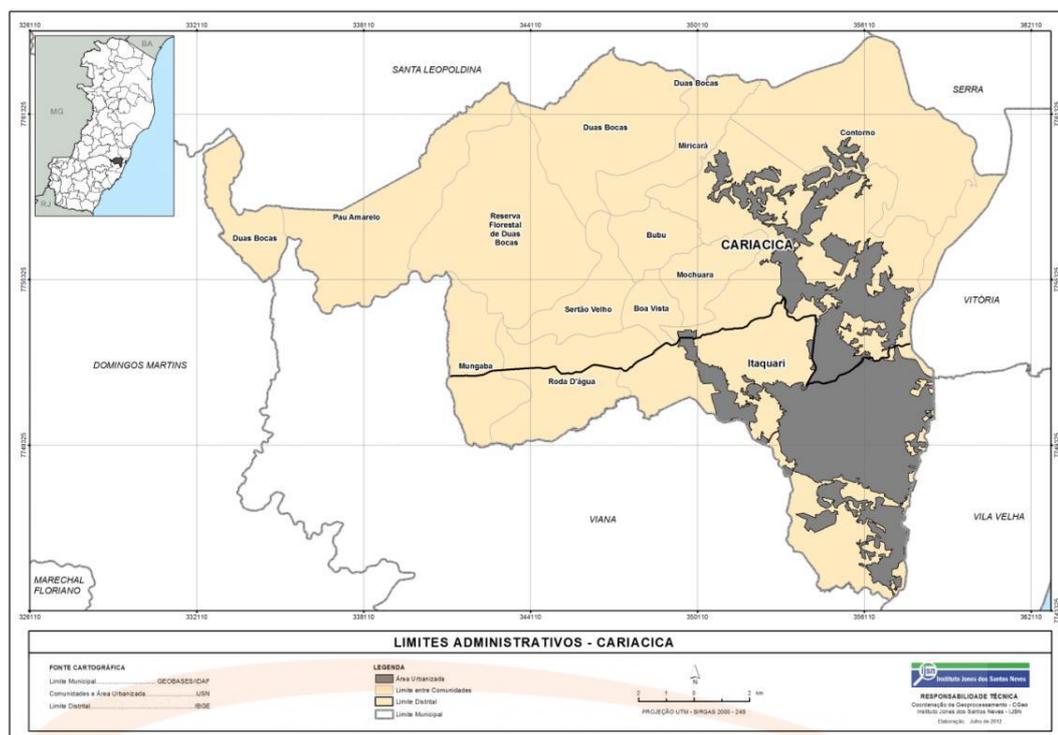
3.1.5 Análise dos Dados

Após realização da pesquisa, foi procedida à análise e interpretação dos dados. Os mesmos, após coletados, foram distribuídos uniformemente e analisados conforme seqüência do estudo e posteriormente foi redigido o relatório final.

3.2 Município de Cariacica

O município de Cariacica, Espírito Santo, compõe a Região Metropolitana da Grande Vitória, juntamente com os municípios de Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória. Localizada a oeste do canal da Baía de Vitória, Cariacica faz fronteira com os municípios de Santa Leopoldina, Domingos Martins, Viana, Vila Velha, Serra e Vitória. Essa localização privilegiada, como pode ser observada nas Figuras 5 e 6, transforma Cariacica em grande elo entre o litoral e a região serrana do Espírito Santo, sendo cortada pelas rodovias BR 262 e BR 101. Sua área territorial é de aproximadamente 279, 859 Km² com dois distritos: Sede (maior concentração rural) e Itaquari (maior concentração urbana), sendo que 56% de suas terras estão localizadas na área rural (IBGE, 2014).

Figura 1 – Mapa da divisão político-administrativa de Cariacica - ES



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves, 2017.

Ao contrário de outras colônias, os colonos foram empregados na construção da estrada de ferro que ligava Vitória a Minas, eles trabalhavam no trecho que passava por Itacibá. E em 1837, é elevado à condição de freguesia, passando a ser denominado de Distrito de São João Batista de Cariacica. Proveniente deste crescimento populacional, tornou-se possível, através do Decreto Lei Estadual nº 57 de 25 de novembro de 1890, a criação da Vila de Cariacica. Em 25 de dezembro de 1890, Cariacica foi elevada à categoria de município, pelo governador do Estado, Constante Sodré. Apesar dessa autonomia ter ocorrido nesta data, as comemorações são realizadas no dia 24 de junho, por ser o dia de São João Batista, padroeiro de Cariacica¹³⁷.

¹³⁷ CARIACICA. *Prefeitura Municipal de Cariacica*. Cariacica, 2013. Disponível em: <<http://www.cariacica.es.gov.br/>>. Acesso em: 2 nov. 2017, p. 2.

Figura 2 - Prefeitura Municipal de Cariacica-ES



Fonte: <https://www.google.com.br/cariacica>. 2017.

Figura 3 – Visão Panorâmica do Município



Fonte: <https://www.google.com.br/cariacica>. 2017.

A população de Cariacica, que até então concentrava-se na sede, com características predominantemente rurais, passou a ter suas atividades, que eram basicamente de trabalhos agrícolas, em atividades de apoio a comercialização e transporte de mercadorias. Esta mudança foi incentivada pela construção da Estrada de Ferro Vitória - Minas, que tinha como objetivo o escoamento da produção agrícola do interior do Estado, e principalmente de Diamantina (MG), para ser exportado pelo Porto de Vitória. Isso acarretou a necessidade de construção de algumas obras de apoio como a construção de Porto Velho e de Cariacica

(sede) e a implantação de infra-estrutura, como almoxarifados, oficinas e armazéns de estocagem¹³⁸.

Historicamente, a população que reside no município de Cariacica é migrante assalariada e a maioria ocupa vagas temporárias. Essa é, de modo geral, a característica social de grande parte dos estudantes que compõem a rede de ensino de Cariacica. Assim, pensar em Educação Científica numa perspectiva histórico-crítica, que possa contribuir para a cidadania e a emancipação social nessa rede de ensino, significa ter clareza das questões históricas, culturais, econômicas, sociais e políticas que constituem o município e que, dialeticamente, influenciam a educação escolar¹³⁹.

De acordo com dados do IBGE (2014), a população de Cariacica é de aproximadamente 378.915 habitantes, com cerca de 96% da população concentrada na área urbana do município. Seus primeiros habitantes eram indígenas, maioria tupiniquins e uma minoria de goitacazes e aimorés, de onde tem origem seu nome: *caria* ou *carie*, que significa *estrangeiro* ou *estranho*, e *cica*, que significa *que aparece, que chega de fora*. Inicialmente o município era conhecido como Cariacica¹⁴⁰.

Só a partir dos anos 2000 o município começa a se restabelecer politicamente e os prefeitos eleitos conseguem cumprir integralmente seus mandatos, mas foi, sobretudo, a partir de 2005 que o município toma novos rumos, com grande destaque para a ampliação dos recursos em políticas sociais, principalmente na educação. Destaca-se ainda neste período a implementação de uma série de medidas de ampliação da gestão participativa e o controle social¹⁴¹.

Observa-se que o Sistema Municipal de Ensino de Cariacica-ES é relativamente novo. Foi instituído em 2006, por meio da Lei Nº 4.373 de 10 de janeiro do mesmo ano. A promulgação dessa Lei marca uma nova fase do município, que iniciou em 2005 um processo de construção de sua própria identidade educacional, “com pressupostos fundados na perspectiva histórico-cultural e como referência teórico-filosófica, os princípios da gestão democrática e da teoria da emancipação social”¹⁴².

Segundo dados fornecidos por técnicos da Secretaria Municipal de Educação de Cariacica, a rede municipal conta em 2015 com 104 escolas, sendo 45 Centros Municipais de Educação Infantil (Cmei) e 59 Escolas Municipais de Ensino Fundamental (Emef), atendendo aproximadamente 41.988 alunos, sendo 9.036 nos Cmei e 32.952 nas Emef.

¹³⁸ CARIACICA, 2013, p. 2.

¹³⁹ CARIACICA. 2013.

¹⁴⁰ CARIACICA, 2013, p. 2

¹⁴¹ CARIACICA, 2013, p. 2

¹⁴² CARIACICA, 2013, p. 2.

3.3 Resultados e Discussão

3.3.1 A Escola

A Escola Municipal de Ensino Fundamental II, Manoel Mello Sobrinho, localizada em Cariacica-ES. A E.M.E.F. Manoel Mello Sobrinho está situada a Rua Santa Fé, s/n, Vila Palestina, Cariacica, Espírito Santo, foi criada pelo Decreto Lei n. 1797/88 de maio de 1988.

Figura 4 - A Escola Manoel Mello Sobrinho



Fonte: <https://www.google.com.br/cariacica>. 2017.

A escola conta com dois pavimentos, hoje com 13 salas de aula, um laboratório de informática, sala de coordenação/direção, sala dos pedagogos, sala dos professores, secretaria, cozinha, depósito de merenda, almoxarifado, biblioteca, banheiros masculino e feminino.

São poucos os alunos faltosos e raros os casos de evasão. Os pais participam de forma efetiva da vida escolar de seus filhos.

No que diz respeito ao Conselho de Escola, Caixa Escolar, Assopaes e interação escola comunidade local, são grandes suas participações e tem vários seguimentos da comunidade representados nestes. A escola tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades, preparação para vida comunitária e para o exercício consciente da cidadania.

A escola oferece o Ensino Fundamental de 09 (nove) anos, que atendendo do 1º ao 9º ano.

Situação de Funcionamento: Em atividade

Localização/Zona da escola: Urbana

Dependência administrativa: Municipal

Regulamentação/Autorização no conselho ou órgão municipal, estadual ou federal de Educação: Sim

Educação Indígena: Não

Transporte Escolar público: Não Possui

Ensino Regular: Ensino Regular Fundamental, Anos Finais, Meio Período.; Ensino Regular Fundamental, Anos Iniciais, Meio Período

Atividade Complementar:

- Apoio Escolar Em Letramento E Alfabetização
- Apoio Escolar Em Matemática
- Colégios Com Canto Coral
- Colégios Com Capoeira
- Colégios Com Piano, Violão, Guitarra
- Colégios Com Rádio Escolar

Atendimento Educacional Especializado (AEE): Cursos De Libras

A escola possui organização por ciclos: Não

A escola é acessível aos portadores de deficiência: Sim

As dependências da escola são acessíveis aos portadores de deficiência: Sim

A escola possui biblioteca: Sim

A escola possui laboratório de informática: Sim

A escola possui laboratório de ciências: Não

A escola possui sala de leitura: Não

A escola possui quadra de esportes: Sim

A escola possui sala de atendimento especial: Sim

Internet: Sim

Banda larga: Sim

Computadores para uso dos alunos: 20

É importante mencionar que no Município de Cariacica-ES, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso, estabelecem os objetivos desta disciplina, definindo com clareza as inovações do Ensino Religioso para que se atinjam os seus fins;

valorizando o pluralismo e a diversidade presentes na sociedade brasileira¹⁴³.

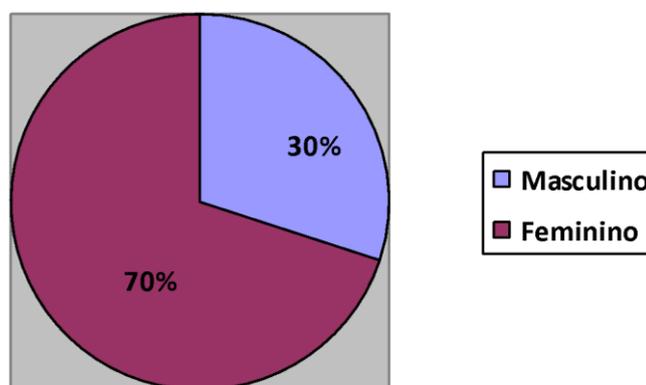
Assim os objetivos constituem-se em: proporcionar o conhecimento dos elementos básicos que compõem o fenômeno religioso, a partir das experiências religiosas percebidas no contexto do educando; subsidiar o educando na formulação do questionamento existencial, em profundidade; analisar o papel das tradições religiosas na estruturação e manutenção das diferentes culturas e manifestações socioculturais; facilitar a compreensão do significado das afirmações e verdades de fé das tradições religiosas; refletir o sentido da atitude moral como consequência do fenômeno religioso e expressão da consciência e da resposta pessoal e comunitária do ser humano; possibilitar esclarecimentos sobre o direito à diferença na construção de estruturas religiosas, que têm na liberdade o seu valor inalienável.

3.3.2 Resultados

Em se tratando dos resultados do estudo, observou-se que o universo dessa pesquisa, se desenvolveu juntamente aos alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental II, Manoel Mello Sobrinho, situada em Cariacica - ES e junto aos professores de Ensino Religioso da Rede Educacional. Foram entrevistados 04 professores e 40 alunos dos 8º e 9º anos.

3.3.2.1 Entrevista Professor

Gráfico 1 - Sexo

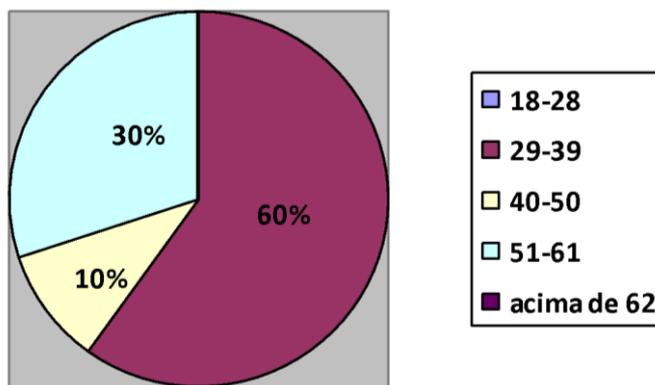


Fonte: Própria aluna. 2017.

¹⁴³ CARIACICA. 2013.

O universo da pesquisa envolveu quatro professores que foram convidados a fazer parte dessa pesquisa respondendo a um questionário, dos quatro professores, 70% são do sexo feminino e 30% do sexo masculino.

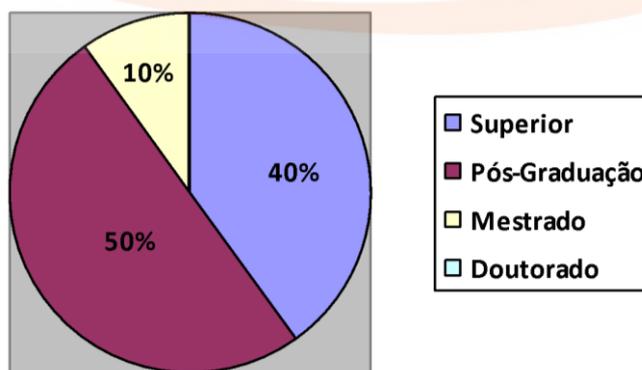
Gráfico 2 – Idade



Fonte: Própria aluna. 2017.

Dos entrevistados, 60% eram entre vinte nove e trinta e nove anos, 30% entre cinquenta e um e sessenta e um anos e 10% entre quarenta e cinquenta anos. Entre as idades de dezoito e vinte e oito anos e acima de sessenta e dois não foi achado nenhum professor.

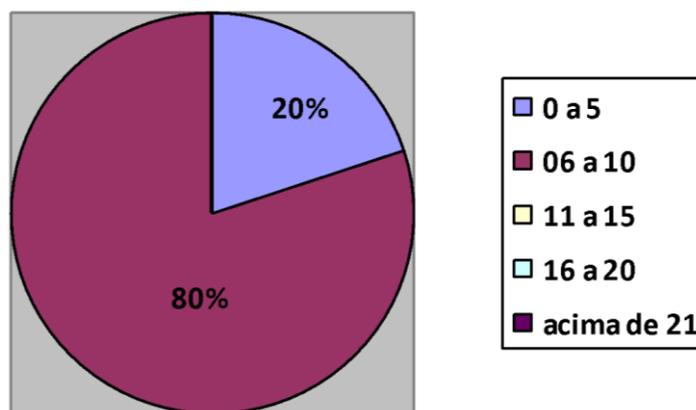
Gráfico 3 - Grau de Escolaridade



Fonte: Própria aluna. 2017.

Dos professores entrevistados 40% tinham nível superior, 50% com pós-graduação, 10% com mestrado e nenhum com doutorado.

Gráfico 4 - Tempo de atuação na função na Prefeitura Municipal de Cariacica



Fonte: Própria aluna. 2017.

Quando foi perguntado aos professores qual o tempo de atuação na função, na Prefeitura Municipal de Cariacica, 20% respondeu de 0 a 5 anos, 80% respondeu de 6 a 10 anos, nenhum entre 11 a 15 anos, 16 a 20 anos, nem acima de 21 anos.

Nota-se que o tempo de atuação na função e na escola dos professores de Ensino Religioso é reflexo de sua própria formação recebida.

Todos os profissionais da escola devem procurar gerir sua formação, tendo o gestor da unidade de ensino um papel primordial, já que este é um educador e, portanto tem a necessidade de aperfeiçoamento de sua prática e também é um potencializador de ações que construam formas de formação continuada, junto aos demais profissionais da escola¹⁴⁴.

O gestor de uma escola, no que se refere à formação continuada, entendida conforme afirma UNESCO:

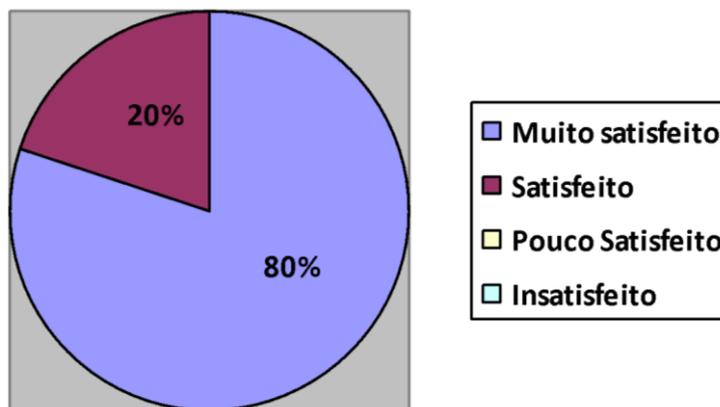
[...] formação desenvolvida através de cursos de aperfeiçoamento desenvolvidos de maneira regular e prolongadamente durante o ano escolar, com a prática freqüente, onde os professores assistem a seminários, palestras e cursos [...]¹⁴⁵.

Concordamos com tal afirmação e a ela acrescentamos que uma formação continuada que se torne significativa ao bom desempenho profissional, deva ainda conceber como principais atores, os profissionais, bem como o contexto no qual estes desenvolvem o seu trabalho, ou seja, a rotina do funcionamento da escola, bem como, a rotina de ensino da disciplina História no Ensino fundamental, como é o caso deste estudo.

¹⁴⁴ PERRENOUD, Philippe. *A prática reflexiva no ofício do professor*. Porto Alegre: Artmed, 2002, p. 120.

¹⁴⁵ UNESCO. *Gestão da escola fundamental: subsídios para análise e sugestões de aperfeiçoamento*. São Paulo: Cortez, 1996, p. 1.

Gráfico 5 - Nível de satisfação em relação ao Magistério da disciplina Ensino Religioso



Fonte: Própria aluna. 2017.

Quando feita a pergunta de qual o nível de satisfação em relação ao Magistério da disciplina Ensino Religioso, 80% dos professores responderam que estão muito satisfeitos com a disciplina, já 20% dos professores responderam que estão satisfeitos, nenhum respondeu pouco satisfeito, nem insatisfeito.

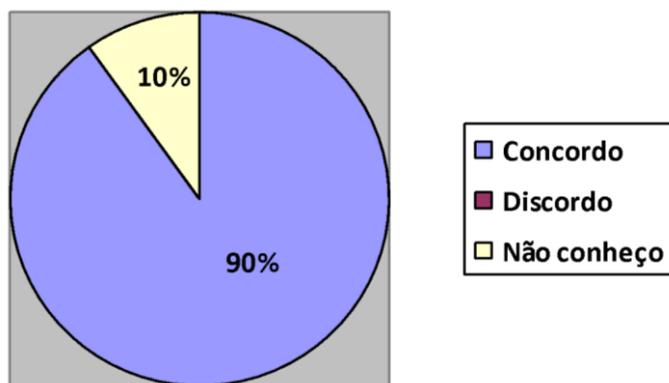
Estando satisfeitos com a disciplina Ensino Religioso, é de bom termo dizer que para o Ensino Religioso, inicia-se uma nova fase na história, foi aprovada uma nova lei que o constitui, agora, em uma disciplina com todas as propriedades, enquanto tal. Isto significa que o Ensino Religioso não se dá mais no processo linear, como foi concebido até recentemente, mas por meio de articulações complexas, num mundo pluralista e multiforme, pois é nela (na nova Lei) e a partir dela que se inicia o processo¹⁴⁶.

O que se percebe é que “a Lei de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º Graus, de nº. 5692/71, em seu artigo 7º, parágrafo único, repete o dispositivo da Carta Magna de 1968 e Emenda Constitucional nº. 01/69, incluindo o Ensino Religioso no sistema escolar da rede oficial, nos respectivos graus de ensino”¹⁴⁷.

¹⁴⁶ OLIVEIRA, Ednilson Turozi de. *Ensino religioso; fundamentos epistemológicos*. Curitiba: Ibex, 2009.

¹⁴⁷ FONAPER. *Parâmetros Curriculares Nacionais; ensino religioso*. Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso. São Paulo: Mundo Mirim, 2009, p. 29.

Gráfico 6 - Concorda com o Ensino Religioso implementado nas escolas públicas de Cariacica

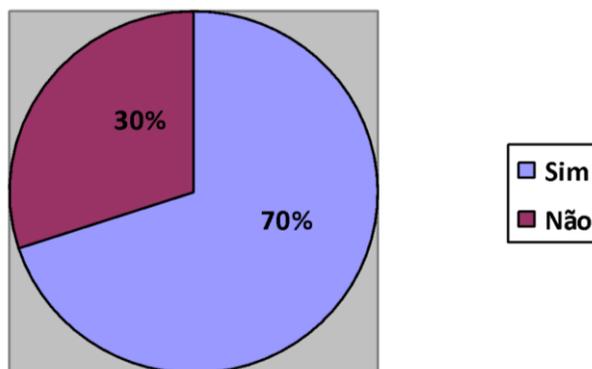


Fonte: Própria aluna. 2017.

Em relação a concordar com o Ensino Religioso implementado nas escolas públicas de Cariacica, 90% concordam com a disciplina, nenhum discordam e 10% não conhece a proposta de Ensino Religioso no município.

O que se observa desta afirmação dos professores é o fato de que a religião é uma condição humana, natural, que não pode ser suprimida por tais forças, mas apenas aproveitada e dirigida para outro tipo de ideocracia. Isso acontece, por exemplo, quando se faz igreja de uma doutrina política. Com menos ou mais conhecimentos, o homem raciocina para aceitar ou refutar o ideal religioso¹⁴⁸.

Gráfico 7 - Concorda que as escolas de Cariacica quanto ao Ensino Religioso, estão cumprindo com sua missão



Fonte: Própria aluna. 2017.

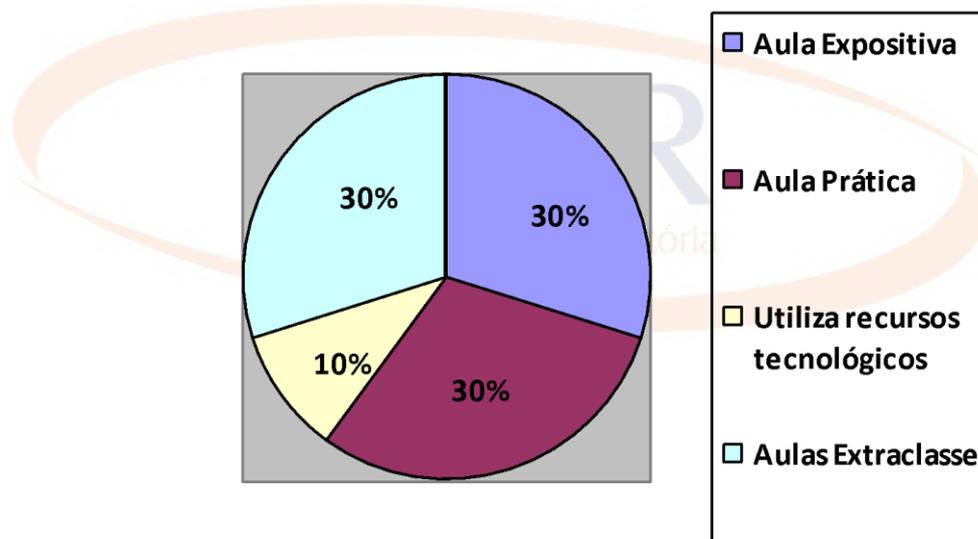
¹⁴⁸ ORTIZ, Renato. *A consciência fragmentada*. Ensaios de cultura popular e religião. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 34.

Perguntado aos professores o que eles achavam que as escolas de Cariacica quando ao Ensino Religioso estão cumprindo com sua missão, as respostas foram: 70% dos entrevistados, responderam que acham que sim, que a disciplina estava cumprindo com sua missão, em relação ao não, 30% afirmaram que não concordam.

Para a compreensão do Ensino Religioso é preciso partir de uma concepção de educação que a entenda como um processo global, integral, enfim, de uma visão de totalidade que reúne todos os níveis de conhecimento, dentre os quais está o aspecto religioso.

Toda sociedade possui suas crenças religiosas, sua cultura, e é a partir desse conhecimento que poderemos contribuir com as novas gerações, no seu relacionamento com novas realidades que nos são propostas através do individualismo, da experiência religiosa, das diferentes línguas e culturas¹⁴⁹.

Gráfico 8 - Metodologia de ensino utilizada em sala de aula



Fonte: Própria aluna. 2017.

Também foi perguntado aos professores qual a metodologia de Ensino Religioso utilizada em sala de aula, 30% respondeu que utilizam aulas expositivas, 30% disseram que utilizam aulas práticas, 10% utiliza recursos tecnológicos, 30% dão aulas extraclases, nenhum utiliza seminários, nenhum utiliza mais de uma dessas metodologias e nenhum utiliza bibliotecas.

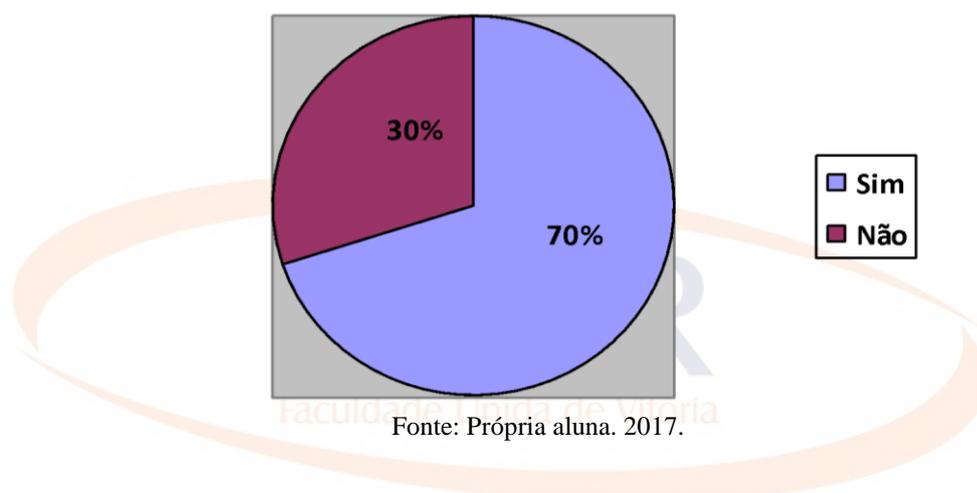
Aqui é bom mencionar que a Constituição de 16/07/1934, no artigo 153, torna obrigatória a oferta do Ensino Religioso nas escolas do país em horários normais e de acordo

¹⁴⁹ FONAPER. 2009.

com a confissão religiosa do aluno. A frequência por parte dos estudantes tem caráter facultativo: “Art. 153 O Ensino Religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais ou responsáveis, e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais”¹⁵⁰.

Com a nova Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB), muitas mudanças vêm sendo organizadas a curto e longo prazo, seja do ponto de vista estrutural quanto do conteúdo de nosso sistema educacional.

Gráfico 9 - Os alunos gostam das aulas de Ensino Religioso



Perguntado aos professores se os alunos gostam das aulas de Ensino Religioso, 70% responderam que sim e 30% responderam que não.

Nesse ponto é interessante dizer que para que o (a) aluno (a) de fato goste da disciplina é fundamental que o professor seja um espelho potencializador do prazer em aprender Ensino Religioso. Assim, observa-se, no entanto, que os professores já estiveram sujeitos a uma avalanche de mudanças nas quais suas visões não foram seriamente consideradas. É importante que a educação não seja vista apenas como outra inovação.

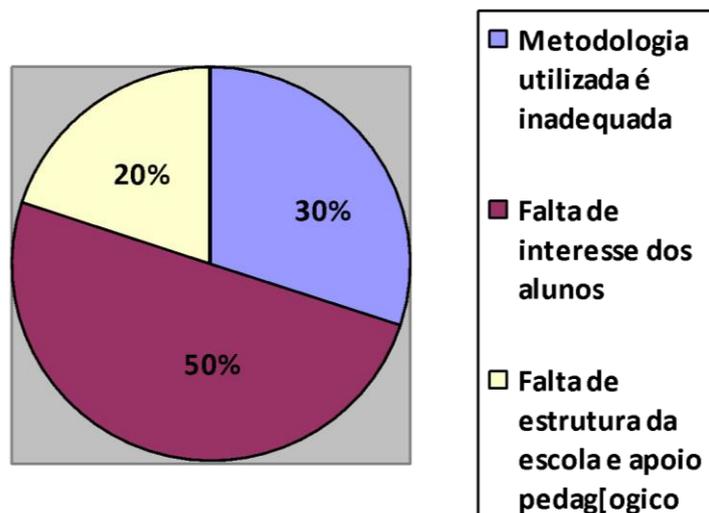
Ao refletir sobre sua prática pedagógica e o ensino da disciplina Ensino Religioso, o professor estará diagnosticando seu próprio fazer e de seus alunos, ao que Hoffmann¹⁵¹ denomina de avaliação mediadora ou reflexão avaliadora, pois os alunos mediados pelo fazer ressignificado do professor, também reafirmam sua construção de conhecimentos num processo dinâmico entre um e outro. Apenas desta maneira será possível fazer com que os alunos

¹⁵⁰ OLIVEIRA, 2007.

¹⁵¹ HOFFMANN, Jussara. *Avaliação, mito e desafio: uma perspectiva construtivista*. Porto Alegre: Mediação, 1998, p. 31.

gostem e tenham prazer nas aulas de Ensino Religioso.

Gráfico 10 - Se não gostam. Qual motivo



Fonte: Própria aluna. 2017.

Por último, foi perguntado aos professores se os alunos não gostam da disciplina qual seria o motivo. 30% responderam que o motivo é a metodologia utilizada inadequadamente, 50% responderam que é a falta de interesse dos alunos e 20% responderam que é falta de estrutura da escola e apoio pedagógico. Nenhum respondeu indisciplina, salas com excesso de alunos, mais de um desses motivos acima e nem recurso tecnológico insuficiente.

Acredita-se que o exercício da cooperação e da aprendizagem ativa é condição para que os professores possam desenvolver trabalho nas salas de aula, que expressa as mesmas características e estratégias de sua própria capacitação. Segundo Mazzotta:

O programa de professores deve incluir amplo fundo de educação profissional comum e especializada. Além disso, devem ser-lhes proporcionadas experiências práticas, integradas com a teoria. A preocupação em formar professores aptos a trabalhar com crianças portadoras de necessidades especiais no Brasil é recente. Seu surgimento liga-se, intimamente, às novas concepções adotadas em educação especial, as quais preconizam a integração do deficiente nas escolas regulares¹⁵².

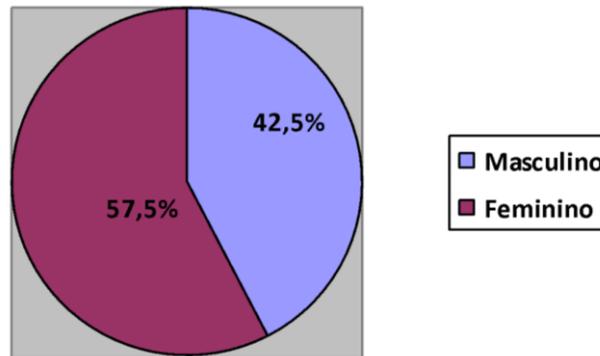
A organização de um trabalho pedagógico que privilegie a formação contínua dos profissionais da escola, deve possuir características que podem assim ser descritas: autonomia que garanta espaços de participação e decisão, gestão democrática que promova estratégias de ação compartilhada e estimule o compromisso individual e coletivo, bem como a otimização

¹⁵² MAZZOTTA, Marcos J.S. *Trabalho docente e formação de professores de educação especial*. São Paulo: EPU, 1993, p. 43.

do tempo que evite possíveis desarticulações pedagógicas.

3.3.2.2 Entrevista Aluno

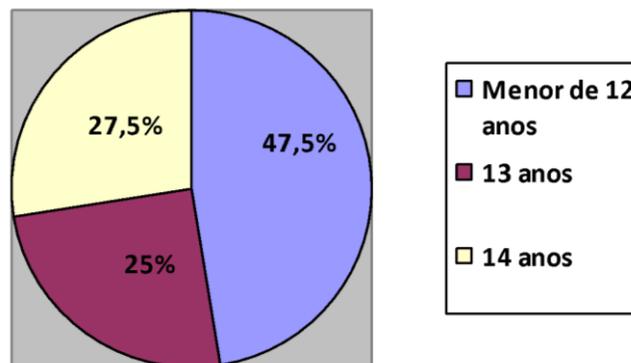
Gráfico 11 - Sexo



Fonte: Própria aluna. 2017.

Para esse questionário foram entrevistados 40 alunos, dentre eles, 42,5% masculinos e 57,5% femininos.

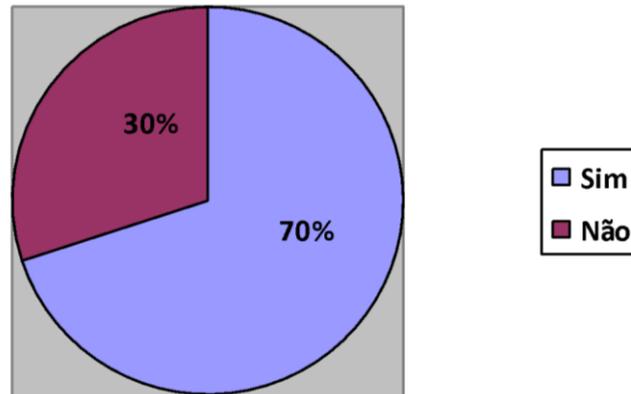
Gráfico 12 - Idade



Fonte: Própria aluna. 2017.

Dos alunos entrevistados 47,5% eram menores de doze anos, 25% com treze anos, 27,5% de quatorze anos e nenhum acima de quinze anos.

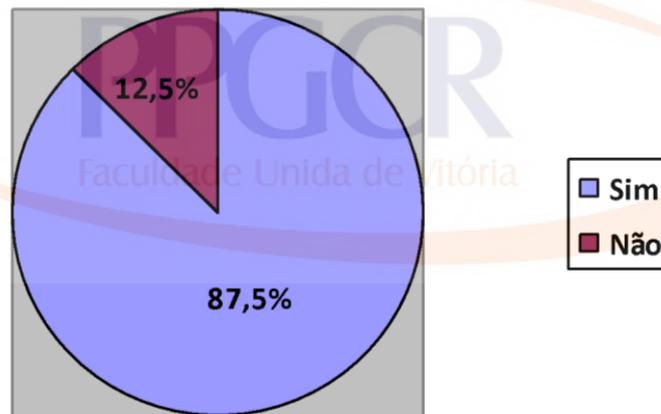
Gráfico 13 - Considera a disciplina Ensino Religioso importante



Fonte: Própria aluna. 2017.

Perguntado aos alunos se eles consideravam a disciplina de ensino religioso importante, 70% deles responderam que sim e 30% disseram que não.

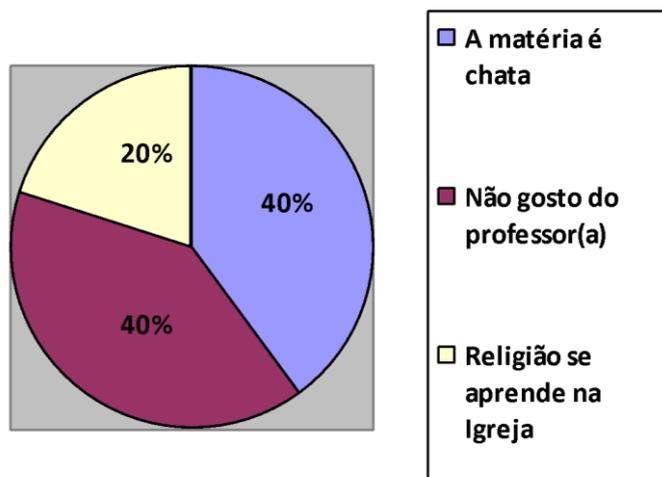
Gráfico 14 - Gosta da disciplina Ensino Religioso



Fonte: Própria aluna. 2017.

Também perguntado aos alunos se eles gostam da disciplina de Ensino Religioso, 87,5% responderam que sim, já 12,5% responderam que não gostam.

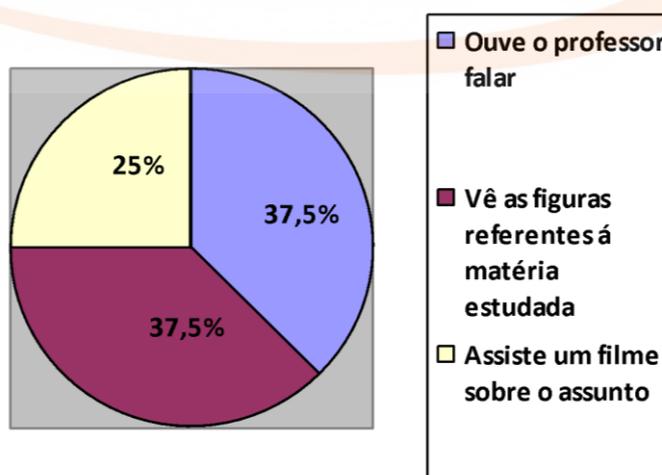
Gráfico 15 - Se não gosta da disciplina. Por que não gosta da disciplina Ensino Religioso



Fonte: Própria aluna. 2017.

Questionados de por que não gostam da disciplina de ensino religioso, 40% dos alunos responderam que não gostam porque a matéria é chata, outros 40% que não gostam do professor, 20% responderam que religião se aprende na igreja, nenhum respondeu que é uma matéria sem importância e nem as escolas não deveriam oferecer essa disciplina.

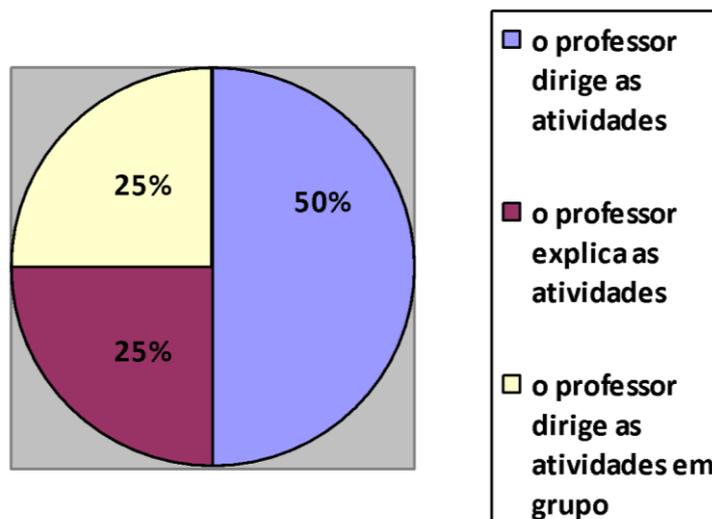
Gráfico 16 - Você aprende mais nas aulas de Ensino Religioso quando:



Fonte: Própria aluna. 2017.

Foi perguntado aos alunos quando eles aprendem mais nas aulas de Ensino Religioso, 37,5% responderam que aprendem ouvindo o professor falar, 37,5% responderam que vendo as figuras referentes à matéria estudada, 25% que assiste a um filme sobre o assunto, nenhum respondeu que lê a matéria e faz as atividades, nem que lê um artigo ou livro sobre o tema estudado, nem que faz um teatro sobre o assunto.

Gráfico 17 - Você sente que está sendo bem avaliado pelo professor de Ensino Religioso quando:



Fonte: Própria aluna. 2017.

Quando perguntado aos alunos se sentem que estão sendo bem avaliados pelos professores de ensino religioso, 50% dos alunos responderam que o professor dirige as atividades propostas e pede que sejam feitas individualmente, 25% responderam que os professores explicam as atividades e deixam que os alunos façam o que entenderam, 25% que o professor dirige as atividades e permite que sejam feitas em grupo e nenhum respondeu que o professor explica as atividades e permite que sejam feitas em grupo.

Finalizada a análise dos resultados, percebeu-se que o ensinar a disciplina Ensino Religioso já foi concebido como um mero transmitir de conhecimentos já prontos, acabado, conjunto verdade a ser recebido, gravado e desenvolvido na hora da prova. Nesta visão de ensino, o aprender tem sido visto como gravar informações transcritas para um caderno e desenvolvê-las de forma mais fiel possível ao professor na hora da prova. O professor de Ensino Religioso deve acima de tudo ser um direcionar do saber e um receptor do processo avaliativo.

Dentro de uma visão, que classificamos de tradicional por ser ainda a que domina fortemente o processo de ensino nos dias de hoje, a avaliação da aprendizagem é vista como um processo de “toma lá, dá cá”, em que o aluno deve devolver ao professor o que dele recebeu. De preferência, exatamente como recebeu. Não cabe interpretação e criatividade.

Percebeu-se que no ensino da disciplina Ensino Religioso, a relação professor-aluno, vista da forma transcrita acima, é identificada como relação de dominação, de autoritarismo,

de submissão. É uma relação perniciosa para o processo da formação para a cidadania. A perspectiva construtivista proporciona uma nova relação entre o professor, o aluno e o conhecimento. Parte do princípio que o aluno não é um mero receptor-repetidor, mas um construtor de seu próprio conhecimento.

Como área do conhecimento, [o ensino Religioso] constrói significados com base nas relações que os alunos estabelecem no entendimento da [experiência religiosa]. Essas construções vão arquitetando-se pelos diferentes processos de observação que se constata, pela reflexão acerca do que se observa e pela informação sobre o que se reflete de forma continuada e concomitante¹⁵³.

É importante dizer ainda segundo Hoffmann que:

Considero a formação e o aperfeiçoamento dos professores em avaliação educacional, um dos desafios atuais da educação. Embora as veementes críticas sobre o caráter de controle e autoritarismo inerentes a essa prática secular do sistema educacional, é sabido que a atenção a essa área, em cursos de formação, é freqüentemente descuidada ou desarticulada da realidade do contexto educacional, reduzindo-se a um estudo superficial de modelos teóricos da avaliação e a análise crítica do seu caráter ideológico¹⁵⁴.

Uma das dificuldades que os professores de Ensino Religioso encontram no processo ensino-aprendizagem é determinar os métodos de avaliação mais eficazes para obter resultados que retraem não somente o desempenho do aluno, mas também o estimulem a estudar, sem decorar conteúdos para as provas.

De acordo com Passos¹⁵⁵:

O Ensino Religioso é assegurado nos currículos escolares como elemento integrante do sistema educacional, a fim de promover o desenvolvimento da função religiosa do ser humano, para que a descoberta e redescoberta das razões íntimas e transcendentais do seu ser aconteçam. Mas, não basta garantir em lei a educação da religiosidade como função nata do ser humano, é preciso proporcionar os meios necessários e eficazes para sua efetivação na escola, segundo as aspirações e necessidades dos educandos, suas famílias e a comunidade, segundo suas características próprias.

A melhoria da instrução está condicionada a uma avaliação eficiente e eficaz da organização. O desenvolvimento pessoal só se concretiza se houver parâmetros que incentivem e motivem o processo de crescimento.

O Ensino Religioso nas escolas pode e deve tornar-se uma disciplina para a formação integral do aluno e da sua cidadania. Para reforçar a concepção que está

¹⁵³ OLIVEIRA, Ednilson Turozi de. *Ensino religioso: fundamentos epistemológicos*. Curitiba: Ibepex, 2009, p. 56.

¹⁵⁴ HOFFMANN, 1998, p. 65.

¹⁵⁵ PASSOS, 2007, p. 35.

contida no novo dispositivo da LDB é interessante reproduzir algumas observações, elaboradas por Debray, a pedido do ministro da Educação da França, país que sempre se caracterizou pela laicidade do Estado¹⁵⁶.

Nota-se que o fracasso do aluno será conseqüentemente o fracasso de todos os envolvidos neste processo de ensino-aprendizagem. Os critérios deverão ser fundamentados na fidedignidade, validade e eficiência da avaliação, portanto professor, aluno, família e equipe técnico pedagógica, deverão caminhar juntos para alcançar os objetivos próprios.

O professor de Ensino Religioso deve estar ciente que cada passo deste processo deverá ser refletido, devendo estar marcado por decisões claras e explícitas que validarão o que se está fazendo. A avaliação não deve ser uma ação mecânica, e sim bem definida, favorecendo a competência de todos. Portanto, a avaliação deve ser praticada como uma atribuição de qualidade dos resultados da aprendizagem dos educandos.

O educador religioso deve estar consciente de seus atos no processo de conhecimento, pois a compreensão fará observar que o fazer do aluno é uma etapa significativa na elevação do saber. Ou seja, compreender não significa repetir ou memorizar, porém descobrir as razões dos fatos, numa compreensão progressiva de todo o processo de ensino e aprendizagem.

A dimensão religiosa é própria de todos os homens e tem certas expressões que procedem da natureza do homem como tal; não são produtos de ficções ou culturas, mas revelam a realidade nativa do ser humano¹⁵⁷.

O processo ensino-aprendizagem deve avaliar relações e recursos utilizados em todas as questões. Deve ter uma proposta metodológica que viabilize a consecução de uma proposta curricular. As tarefas relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem não são estanques, isoladas. Elas efetivamente fazem parte do cotidiano dos indivíduos na escola. Os alunos não devem ser avaliados, apenas em momentos isolados, muitas vezes, totalmente desvinculados na realidade diária da sala de aula, e onde precisam responder a questões sobre um saber cristalizado.

¹⁵⁶ MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários para a educação do futuro*. São Paulo; Cortez; Brasília; Unesco, 2000, p. 37.

¹⁵⁷ ALVES, 1984, p. 52.

CONCLUSÃO

As conclusões demonstraram que é a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental, Resolução n. 02/97, que o Ensino Religioso passa a ser reconhecido como uma disciplina da área do conhecimento. Conhecimento este que necessita transformar o ouvir em escutar, precisa incorporar a teoria do conhecimento engajado com as necessidades e aspirações dos oprimidos.

Em se tratando do caminho da pesquisa, optou-se por uma pesquisa de caráter bibliográfica e descritivo, culminando em um estudo de caso realizado na Escola Municipal de Ensino Fundamental II, Manoel Mello Sobrinho, localizada em Cariacica-ES. A pesquisa se desenvolveu juntamente aos alunos e professores da referida Instituição de Ensino. Assim, para coleta de dados foi utilizado o questionário, isto porque ele permitiu atingir um número maior de pessoas num intervalo menor de tempo, e através de entrevista informal. Após realização da pesquisa foi procedida à análise e interpretação dos dados. Os mesmos após coletados foram distribuídos uniformemente e analisados conforme seqüência do estudo e posteriormente foi redigido o relatório final.

As conclusões finais do estudo mostraram que para situar a religião como contrária ao humanismo, procura-se conflitá-la, com o racionalismo, a ciência, a cultura, a civilização e o progresso. No entanto, a razão não exclui a religião. É a razão que aceita ou refuta a fé e que estabelece uma crença. Ser ou não ser religioso independe do estágio social, embora devam ser levadas em conta as forças externas de condicionamento. Assim, constatou-se que a Fenomenologia é destinada a distinguir a verdade da aparência. É, pois, o fundamento de todo saber empírico. Entretanto, a fenomenologia mostrou-se um caminho metodológico fecundo na medida em que possibilitou o desenvolvimento de novas abordagens epistemológicas.

Este estudo foi importante por mostrar que é de interesse de estudantes de Teologia e Ciências das Religiões, e professores do Ensino Fundamental e Médio que trabalham com Ensino Religioso. Este estudo será possível por disponibilizar de recurso bibliográfico de várias fontes, além de ser útil devido ao fato de ter tempo e competência para a elaboração das ideias sugeridas pelos diversos autores.

É bom frisar que em nome de uma autonomia epistemológica e pedagógica - no intuito de romper com os dois modelos anteriores - o modelo das ciências da religião advém das perspectivas da comunidade científica, dos sistemas de ensino e da própria escola. Neste modelo, o ensino da religião não é encarado como uma atividade cientificamente neutra, mas, deve ser interpretado como área de conhecimento, sendo assim, caracterizado na

intencionalidade educativa.

O que se observou é que à fenomenologia da religião, compete fornecer as bases metodológicas para a apreensão da essência, das estruturas e das significações dos fenômenos religiosos em sua apresentação histórica, que é rica e diversificada, o que equivale a dizer, à fenomenologia da religião compete construir o instrumental necessário para o reconhecimento e a apreensão do sagrado, na imanência da história.

Por sua vez, a Fenomenologia procura focar o fenômeno, entendido como o que se manifesta em seus modos de aparecer, olhando-o em sua totalidade, de maneira direta, sem a intervenção de conceitos prévios que o definam e sem basear-se em um quadro teórico prévio que enquadre as explicações sobre o visto.

O que se observa é que o tema Fenomenologia e Religião na Escola, é deveras interessante por evidenciar o fato de que a religião por sua vez, estabelece relação com uma potência sobre humana e por isso, na sua última explicação, além da consideração de seus elementos psíquicos, religião subjetiva, ou seja, a religiosidade dos grandes gênios religiosos (fundadores e santos) e de cada fiel religioso, não pode excluir a hipótese de uma intervenção direta dessa mesma potência sobre humana, da qual vem testemunhando a religião revelada.

Através deste estudo, percebeu-se que o Ensino Religioso necessita de profissionais, da formação adequada ao desempenho de sua ação educativa, considerando que o conhecimento religioso, para o estudado fenômeno religioso na escola, situa-se na complexidade da questão religiosa e na pluralidade brasileira.

Este educador insere-se num contexto que exige dele uma constante busca de conhecimento religioso. Por isso, espera-se que seja capaz de viver o respeito da alteridade, de considerar que família e comunidade religiosa são espaço privilegiados para a vivência religiosa e para a opção de fé.

O profissional do Ensino Religioso faz sua síntese do fenômeno religioso a partir da experiência pessoal, mal necessita, continuamente, apropriar-se da sistematização das outras experiências que permeiam a diversidade cultural.

Foi possível detectar que o estudo do Ensino Religioso é pertinente aos interessados em diferentes culturas, credos, mitos e religiões. Percebeu-se que a Fenomenologia neste contexto é destinada a distinguir a verdade da aparência. A fenomenologia é, pois, como o citado filósofo a designa, “a teoria da aparência”, o fundamento de todo saber empírico. Entretanto, a fenomenologia mostrou-se um caminho metodológico fecundo na medida em que possibilitou o desenvolvimento de novas abordagens epistemológicas.

Por fim, a entrevista de campo possibilitou constatar que os professores

argumentaram que apesar da diversidade de propostas no campo da Fenomenologia da Religião, alguns pontos teóricos se tornaram certo senso comum fenomenológico: a religiosidade é concebida como uma dimensão antropológica constitutiva, sem a qual, o ser humano é menos do que humano; ela se distingue da religião e da espiritualidade; o sagrado – distinguindo-se do profano – ocupa o lugar central do olhar fenomenológico, como elemento ôntico constitutivo. Em relação aos alunos, constatou-se que mais de 70% dos entrevistados alegaram não gostar da disciplina, porém, consideram necessário seu estudo.



REFERÊNCIAS

- ALVES, Rubem. *O que é religião*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BORGES, E, MEDEIROS, C.A, DADesk, J. *Racismo, preconceito e intolerância*. São Paulo: Atual, 2002.
- BECKER Michael. A educação de valores no Inter-Religioso: uma contribuição para a cultura de paz. In: DE MATOS, Kelma; DO NASCIMENTO, Verônica; NONATO JÚNIOR Raimundo (Orgs.). *Cultura de paz: do conhecimento à sabedoria*. Fortaleza: edições UFC. 2008.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN: Educação Física*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Lei nº 9. 475, de 22 de julho de 1997. Dá nova redação ao art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 22 jul. 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 4.024/61. 1961.
- CALLOIS, Roger. *O Homem e o Sagrado*. Lisboa: ed. 70, 2008.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas. Estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2007.
- CANDAU, y.M. *Educação intercultural e cotidiano escolar*. Buscando caminhos. Rio de Janeiro. Vozes, 2000.
- CARIACICA. *Prefeitura Municipal de Cariacica*. Cariacida, 2013. Disponível em <http://www.cariacica.es.gov.br/>. Acesso em: 2 de nov. 2017.
- CASSEB, Samir Araújo. *Cultura de paz e não-violência no Ensino Religioso: possibilidades através da vida e obra de Mahatma Gandhi*. 2009. 98 f. Monografia (Licenciatura Plena em Ciências da Religião) - Universidade do Estado do Pará Belém, 2009.
- DEL PRIORE, Mary. *Religião e religiosidade no Brasil colonial*. 6 ed. São Paulo: Ática, 2002.
- DURKHEIM, Emile. *As Formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1989.
- DUVIGNAUD, Jean. *Festas e Civilizações*. Fortaleza: Tempo Brasileiro, 2003.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. Lisboa: Livros do Brasil, s. d.

FISCHER, Louis. *A fé*. São Paulo: Circulo do Livro, 1982.

FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. *Ensino Religioso: Perspectivas Pedagógicas*. 2 ed., Petrópolis-RJ: Vozes. Coleção ensino religioso escolar. Série Fundamentos. 1995.

FONAPER. *Parâmetros Curriculares Nacionais; ensino religioso*. Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso. São Paulo: Mundo Mirim, 2009.

FONAPER. *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso*. 8 ed. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2006.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação, mito e desafio: uma perspectiva construtivista*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. São Paulo: Centauro, 2002.

JUNQUEIRA, Sérgio; WAGNER, Raul. *O Ensino Religioso no Brasil*. 2. ed. rev. e ampl. – Curitiba: Champagnat, 2011.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. *Ensino Religioso: aspectos legal e curricular*. 1 ed. São Paulo: Paulinas, 2007.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, J. *Estudos sobre existencialismo, fenomenologia e educação*. São Paulo: Centauro, 2006.

MAZZOTTA, Marcos J.S. *Trabalho docente e formação de professores de educação especial*. São Paulo: EPU, 1993.

MENDONÇA, Maria Luiza Vianna Pessoa de. *A concepção eliadiana da fenomenologia da religião sob a perspectiva do método*. Belo Horizonte, 2012. Disponível em <<http://www.faculdadejesuita.edu.br/documentos/200812-mdstphMHtEHAg.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2016.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários para a educação do futuro*. São Paulo; Cortez; Brasília; Unesco, 2000.

MONTOYA, Pedro Córdoba. *Religiosidade popular: arqueologia de uma nação polêmica*. São Paulo: Álvares, 2009.

MORA, José Ferrater. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Loyola, 2001.

OLIVEIRA, Maria Marly de. *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Ednilson Turozi de. *Ensino Religioso: fundamentos epistemológicos*. Curitiba:

Ibpex, 2009.

ORTIZ, Renato. *A consciência fragmentada*. Ensaios de cultura popular e religião. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

OTTO, Rudolf. *O sagrado: os aspectos irracionais na noção do divino e sua relação com o racional*. Petrópolis: Vozes, 2008.

ORO, Ari Pedro. *Globalização e Religião*. Petrópolis: Vozes, 1997.

PACE, Enzo. *Religião e Globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.

PASSOS, João Décio. *Ensino Religioso: construção de uma proposta*. 1 ed. São Paulo: Paulinas, 2007.

PERRENOUD, Philippe. *A prática reflexiva no ofício do professor*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PRANDI, Reginaldo. *A religião do Planeta Global*. Petrópolis: Vozes, 1997.

ROCHA, António Carlos. *A sabedoria e a religião*. Rio de Janeiro: Tecnoprint SA, 2008.

SANTAJÓ, Carlos Álvares. *A religiosidade popular: Antropologia e História*. Barcelona, Antrhopos, 1999.

SAVIANI, Dermeval. *Política e educação no Brasil*. 66 ed. Campinas: Autores Associados, 1996.

SILVA, EMS. Religião, diversidade e valores culturais: conceitos teóricos e a educação para a cidadania. In: *Revista de Estudos da Religião*. nº 2, 2004. Disponível em: <www.pucsp.br>. Acesso em: 10 nov. 2016.

SILVA, Eliane Moura da. Religião, diversidade e valores culturais: conceitos teóricos e a educação para a Cidadania. *Revista de Estudos da Religião* Nº 2 / 2004 / p. 1-14. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv2_2004/p_silva.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2017.

UNESCO. *Gestão da escola fundamental: subsídios para análise e sugestões de aperfeiçoamento*. São Paulo: Cortez, 1996.

VON, Cristina. *Cultura de paz: o que os indivíduos, grupos escolas e organizações podem fazer pela paz no mundo*. São Paulo: peiropolis, 2003.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

ZABATIERO, Júlio P. T. *Material referente às aulas do professor*. Vitória: 2013.

APÊNDICE - QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA**QUESTIONÁRIO – PROFESSOR**

1. Sexo

 Masculino Feminino

2. Idade

 18 - 28 29 - 39 40 - 50 51 - 61 acima de 62 anos

3. Escolaridade

 Nível Superior Pós-Graduação Mestrado Doutorado

4. Tempo de atuação na função na Prefeitura Municipal de Cariacica

 0 a 5 anos 6 a 10 anos 11 a 15 anos 16 a 20 anos acima de 21 anos

5. Qual o nível de satisfação em relação ao Magistério da disciplina Ensino Religioso?

 Muito satisfeito Satisfeito Pouco satisfeito Insatisfeito

6. Você concorda com o Ensino Religioso implementado nas escolas públicas de Cariacica?

 Concordo Discordo Não conheço a proposta de Ensino Religioso do município

7. Você acha que as escolas de Cariacica quanto ao Ensino Religioso, estão cumprindo com sua missão?

 Sim Não Em parte

8. Qual a metodologia de ensino utilizada em sala de aula?

 Aula Expositiva Aula Prática

- Utiliza recursos tecnológicos
- Aulas Extraclasse
- Seminários
- Utiliza mais de uma dessas metodologias
- Biblioteca

9. Os alunos gostam das aulas de ensino religioso?

- Sim
- Não

10. Se não gostam. Qual motivo?

- Indisciplina
- Salas com excesso de alunos
- Metodologia utilizada é inadequada
- Falta de interesse dos alunos
- Falta de estrutura da Escola e apoio pedagógico
- Mais de um desses motivos acima
- Recurso tecnológico insuficiente

QUESTIONÁRIO – ALUNOS – 40 ALUNOS ENTREVISTADOS

1. Sexo
 - Masculino
 - Feminino

2. Idade
 - Menor de 12 anos
 - 13 anos
 - 14 anos
 - Acima de 15 anos

3. Você considera a disciplina Ensino Religioso importante?
 - Sim
 - Não

4. Gosta da disciplina Ensino Religioso?
 - Sim
 - Não

5. Se não gosta da disciplina. Por que não gosta da disciplina Ensino Religioso?
 - A matéria é chata
 - Não gosto do professor (a)
 - Religião se aprende na Igreja
 - É uma matéria sem importância
 - As escolas não deveriam oferecer essa disciplina

6. Você aprende mais nas aulas de Ensino Religioso quando:
 - Ouve o (a) professor (a) falar
 - Lê a matéria e faz as atividades
 - Vê as figuras referentes à matéria estudada
 - Assiste um filme sobre o assunto
 - Lê um livro ou um artigo sobre o tema estudado
 - Faz um teatro sobre o assunto

7. Você sente que está sendo bem avaliado pelo professor de Ensino Religioso quando:
 - O professor dirige as atividades propostas e pede que sejam feitas individualmente
 - O professor explica as atividades e deixa que os alunos façam o que entenderam
 - O professor dirige as atividades e permite que sejam feitas em grupo
 - O professor explica as atividades e permite que sejam feitas em grupo

TERMO DE AUTORIZAÇÃO



FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

E.M.E.F. Manoel Mello Sobrinho
Prefeitura Municipal de Cariacica
Rua Santa Fé, S/Nº
Vila Palestina - Cariacica - ES
Ato de Criação: Decreto nº 1797/88 e 135/2003
Ato de Aprovação: Resolução
Nº 005/2008 de 14/04/2008
CNPJ: 01.936.822/0001-03
Tel: (51) 3633.7575

Vila Velha, 04 de agosto de 2016.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Ofício: nº 001

De: Regina Célia de Souza Avanza França

Prof. Orientador: Dr. Ronaldo de Paula Cavalcante

Prezada Senhora,

Diretora da Escola Municipal Manoel Mello Sobrinho

Em vista da realização do "Mestrado Profissional em Ciências das Religiões", tendo como tema a "ENSINO RELIGIOSO E FENOMENOLOGIA: O ENSINO FUNDAMENTAL II, DA ESCOLA MUNICIPAL MANOEL MELLO SOBRINHO, DE CARIACICA", venho por meio desta, solicitar autorização para realização de entrevistas (Questionário em Anexo) junto aos professores de Ensino Religioso e alunos regularmente matriculados na Rede Educacional desta Instituição.

Sem mais,

Cordialmente,

Regina Célia de Souza Avanza França

Autorizo a realização da pesquisa:.....

Diretora da Escola Municipal Manoel Mello Sobrinho

Recebido em
Disciplina: Mestrado Profissional em Ciências das Religiões
MAT. 101235-21 Port. 12.14
04/08/2014